



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 018

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE MARÇO DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Doutor Luciano</i>

## *Representação Partidária*

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano (em licença) - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**Atos da Presidência:**

ATO DO PRESIDENTE Nº 004/2004

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo título II, seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno.

**D E C L A R A :**

Constituída a Comissão Parlamentar Especial, composta por 5 (cinco) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, na Sessão do dia 10 de março de 2004, de autoria do senhor Deputado Cleiton Kielse, com fundamento no parágrafo 3º do artigo 62 da Constituição Estadual, com a finalidade de acompanhamento da mudança do projeção das divisas territoriais dos estados e municípios junto à costa marítima paranaense.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 24.03.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 005/2004

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo título II, seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno.

**D E C L A R A :**

Constituída a Comissão Parlamentar Especial, composta por 7 (sete) membros, com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, conforme requerimento recebido pela Mesa, no dia 22 de março de 2004, de autoria dos senhores Deputados Waldir Leite, Chico Noroeste, Renato Gaúcho, Felipe Lucas, Ailton Araújo, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Durval Amaral, Nelson Garcia, Reni Pereira, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Ratinho Júnior, Barbosa Neto, Elio Rusch, Cida Borghetti, Nelson Tureck e Jocelito Canto, com fundamento no parágrafo 3º do artigo 62 da Constituição Estadual, para investigar e apurar irregularidades administrativas, financeiras, técnicas e sanitárias verificadas no Porto de Paranaguá, reiteradamente denunciadas pela mídia, tais como o desaparecimento de soja depositada para embarque; contratação de seguros; dragagem do canal do Porto; tempo de espera para embarque dos navios; presença de roedores nos silos, terminais de carga e de embarque de grãos, etc.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 24.03.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 016ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
24 DE MARÇO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores Deputados Neivo Beraldin e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o senhor Deputados Tadeu Veneri (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.****O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede a leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

## Indicações:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o parágrafo 2º do artigo 34, do Regimento Interno desta Casa, vem indicar os Deputados para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito do porto de Paranaguá, da seguinte forma:

Titular: Elton Carlos Welter

Suplente: André Vargas

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Líder do PT

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico que na condição de vice-Líder da Bancada do PPS com assento nesta Casa de Leis, indico o ilustre Deputados Waldir Leite para compor como titular a CPI do porto de Paranaguá, e ficarei como suplente na respectiva CPI.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

Vice-líder do PPS

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico que na condição de vice-Líder da Bancada do PSDB com assento nesta Casa de Leis, que o ilustre Deputados Valdir Rossoni irá compor como titular, a CPI do porto de Paranaguá, e o Deputados Francisco Bühner como suplente.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) NELSON TURECK

Vice-líder do PSDB

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 386

Senhor Presidente:

A liderança do Partido Popular Socialista - PPS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, solicitar a reserva do Plenarinho da Assembléia Legislativa do Paraná, para o dia 26 de abril do corrente, segunda-feira, das 8h30 às 21h00 para evento em que será discutido o modelo energético paranaense e brasileiro.

Requeremos ainda o auxílio do cerimonial desta Casa no que concerne ao fornecimento de equipamentos de mídia (notebook, telão, projetor, etc), e de pessoal para a concretização do evento.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) MARCOS ISFER

Liderança do PPS

### REQUERIMENTO Nº 374

Senhor Presidente:

O Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Luiza, ocorrido no último dia 15 de março de 2004.

Deixou o esposo Moacir de Paula e seis filhos: Edson, Elisabet, Luiz Elisete, Moacir e Carlos Augusto.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares por meio de correspondência a ser encaminhada ao Sr. Moacir de Paula, à Rua Gaspar Dutra, 417, CEP. 86.310-000, em Nova Fátima.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

### REQUERIMENTO Nº 387/2004

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de louvor à Dra. Zilda Arns, que recebeu na terça-feira, dia 23 de março de 2004, o prêmio "Faz Diferença" - Personalidade de 2003, concedido pelo Jornal O Globo.

A Dra. Zilda Arns dedicou o prêmio "Faz Diferença" aos 230 mil voluntários que atuam no combate à mortalidade infantil em 3.700 municípios brasileiros e 40 países.

O prêmio foi entregue no dia 23 de março de 2004, no Hotel Capcabana Palace, no Rio de Janeiro.

"Quando os voluntários multiplicam o saber e a solidariedade, eles estão fazendo o que é narrado no Evangelho, quando Jesus multiplicou peixes e pães para saciar cinco mil pessoas. Eles se organizam e multiplicam o saber e noções básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania" - disse a Dra. Zilda, discursando ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi premiado na categoria País.

O prêmio "Faz Diferença" é concedido pelo jornal O Globo, com o patrocínio da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio).

Mais uma vez essa mulher especial, a Dra. Zilda Arns, merece o reconhecimento desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

### REQUERIMENTO Nº 381

Senhor Presidente:

O Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o registro nos Anais desta Casa de Leis, de moção de louvor ao município de Palmeira, pelo transcurso do 185º aniversário da fundação da cidade, ocorrida em 07 de abril de 1819.

A colonização de Palmeira também remonta ao traçado do Caminho de Sorocada e Viamão, como outras

que, à época eram simples pousos, currais ou descanso de tropeiros, como Jaguariaíva, Piraí, Castro, Ponta Grossa e Campo Largo.

Interessante a narração do historiador David Carneiro salientando que um sítio abandonado chamado Santa Cruz do Sutil onde Antonio Bicudo Camacho garimpava ouro nos anos de 1694 a 1699, foi-se transformando num povoado que mais tarde se rivalizaria em importância com São José dos Pinhais, Castro e Lapa.

Resumindo a rica e farta narrativa de Carneiro, soube-se que esse patrimônio se chamava Freguesia Nova que tinha muito a ver com a Freguesia de Tamanduá, dada a proximidade entre as duas. No entanto, a posição geográfica e a ausência de atributos naturais como mananciais, foram as causas da anexação desses distritos ao de Palmeira, como era conhecido um capão de mato que lhe deu o nome. Fatos registrados em 1.709.

Palmeira era nome também da fazenda dos avós maternos de Jesuíno Marcondes, o tenente Manoel José de Araújo e sua mulher, Ana Maria da Conceição de Sá que, em 07 de abril de 1819, fizeram a doação do terreno oficial para a instalação da nova freguesia e que foi enriquecida pelos terrenos doados pelo Barão de Tibagi.

Carneiro relata ainda a importante decisão do Presidente Zacarias para manter o vigário Duarte dos Passos que construiu a igreja no terreno onde hoje se encontra a Matriz da Paróquia palmeirense, o que atraiu maiores contingentes populacionais em busca de melhores dias de vida. Essa corrente desenvolvimentista se consolidou mais ainda com a chegada dos colonos russos e alemães e da tantas outras famílias que ilustram a história de Palmeira.

Que esta moção de louvor seja a saudação da Assembléia Legislativa paranaense, às autoridades e a todo o povo palmeirense, pelo transcurso da data de 07 de abril que marca a fundação desse lendário e progressista município paranaense.

E colher a oportunidade ainda, para o registro de moção de louvor a ser endereçado à Câmara Municipal de Vereadores, pela decisão ímpar em toda a história política do Brasil que consiste na extinção, pura e simples, dos recessos parlamentares daquela edilidade.

Que, da decisão desta Casa, se dê conhecimento, ao senhor prefeito municipal de Palmeira e demais autoridades municipais, por intermédio do eminente Vereador Ivano Cherobim.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

#### REQUERIMENTO Nº 371

Senhor Presidente:

O Deputados que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente ao senhor Secretário de Estado dos Transportes Dr. Waldyr Pugliesi, no sentido de viabilizar uma operação de recuperação das rodovias: PR-082, Rodovia Helmut Sontag

no trecho que liga Quinta do Sol a Barbosa Ferraz, e também a PR-369 Amaro Gomes Monteiro, no trecho que liga Barbosa Ferraz a Corumbataí do Sul.

Esses trechos encontram-se completamente danificados, sem condições mínimas de tráfego de veículos, comprometendo inclusive a vida dos motoristas e cidadãos que dela dependem.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 373

Senhor Presidente:

O Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando o pagamento dos recursos no valor de R\$180.000,00 (cento e oitenta mil reais) ao Hospital Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão, referentes às 03 (três) parcelas de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) cada, que se encontram atrasadas desde o mês de janeiro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Cabe-me esclarecer que o Hospital Santa Casa, que já funciona em novas e modernas instalações, fruto do valoroso trabalho da comunidade regional, passa por dificuldades de ordem financeira, sendo absolutamente necessário e emergencial a liberação desses recursos.

#### REQUERIMENTO Nº 375

Senhor Presidente:

O Deputados que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Waldyr Pugliesi. DD. Secretário Estadual dos Transportes, solicitando o calçamento poliédrico da estrada vicinal da comunidade Linha Cafezinho, do município de Ramilândia.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Linha Cafezinho, tem sua base econômica predominantemente ligada à agricultura, sendo difícil o acesso àquela zona rural, prejudicando o escoamento da produção agrícola, provocando tráfego lento e desgaste prematuro dos veículos, principalmente os de transportes pesados, tais como caminhões e coletivos que utilizam daquela via para acessar o centro da cidade ou demais regiões.

Também com as obras de calçamento poliédrico facilitará o acesso daquela população à saúde e educação, proporcionando transporte de boa qualidade e conseqüentemente maior rapidez de locomoção, fato imprescindível para o desenvolvimento daquela comunidade.

**REQUERIMENTO Nº 376**

Senhor Presidente:

O Deputados que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Waldur Pugliesi, DD. Secretário Estadual dos Transportes, solicitando a readequação e cascalhamento da comunidade de Alto da Boa Vista, no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**JUSTIFICATIVA:**

A comunidade de Alto da Boa Vista tem sua base econômica predominantemente ligada à agricultura, sendo que o acesso àquela zona rural não possui asfalto ou outra modalidade de sistema primário, prejudicando o escoamento da produção agrícola, provocando tráfego lento e desgaste prematuro dos veículos, principalmente os de transportes pesados, tais como caminhões e coletivos que utilizam daquela via para acessar o centro da cidade ou demais regiões.

Também com as obras de readequação e cascalhamento facilitará o acesso daquela população à saúde e educação, proporcionando transporte de boa qualidade e conseqüentemente maior rapidez de locomoção, fato imprescindível para o desenvolvimento daquela comunidade.

**REQUERIMENTO Nº 377**

Senhor Presidente:

O Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, solicitando informações sobre os critérios utilizados pelo Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa na classificação e contratação de professores pelo processo seletivo.

Devido ao grande número de reclamações e denúncias de que acadêmicos estão sendo contratados, em detrimento a professores com formação completa, requer informações de que critérios estão sendo utilizados para que essas contratações se efetivem.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 378**

Senhor Presidente:

O Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvir o Plenário, o envio à Comissão Especial de Reforma Tributária, em especial do relator, Deputados Federal Virgílio Guimarães, cópia do presente requerimento.

A Grande Fronteira do Mercosul foi criada pelo Ministério de Integração Nacional com o objetivo de apoiar o desenvolvimento local integrado e sustentável. Esta nova definição geográfica do País tem por objetivo reformular e readequar os mecanismos institucionais,

financeiros e de gestão do desenvolvimento e tem por objetivo maior reduzir as disparidades sociais e regionais. Tais macrorregiões foram criadas a partir da constatação de que mesmo em Estados diferentes há regiões com problemas sociais e econômicos semelhantes. A Grande Fronteira do Mercosul engloba o Sudoeste do Paraná, o Oeste de Santa Catarina e as regiões Noroeste e metade Sul do Rio Grande do Sul.

No entanto, o Senado Federal, ao aprovar o Fundo de Desenvolvimento Regional, por ocasião da discussão da reforma tributária, completou todas as outras regiões da Grande Fronteira, exceto o Sudoeste do Paraná. O Sudoeste do Paraná foi a única região pertencente à Grande Fronteira do Mercosul que não foi incluída na Proposta de reforma tributária aprovada pelo Senado em dezembro do ano de 2003.

Nós, como representantes desta região, estamos fazendo o presente requerimento com o objetivo de que a Comissão inclua a Região Sudoeste do Estado no rol das regiões a serem contempladas com recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Regional, Fundo criado por Lei Complementar Federal, está previsto no Inciso I, do parágrafo 6º do artigo 159, do texto da PEC 228/2004.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**REQUERIMENTO Nº 389**

Senhor Presidente:

O Deputados que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao senhor Presidente do Tribunal de Contas pedido de informações conforme segue:

01 - As contas referentes à entidade denominada "Universidade do Professor" e dos anos 1995 até 2002 e que funciona na localidade "Faxinal do Céu" já foram examinadas? Foram aprovadas? Qual o estado atual das mesmas?

02 - Solicita-se o envio dos pareceres de inteiro teor exarado pelos diversos órgãos internos do TCE/PR, e do período de 1995-2002, incluindo do Conselheiro-Relator.

03 - Solicita-se o envio de cópias das prestações de contas do período referido.

04 - Pede-se urgência no envio das informações.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

**REQUERIMENTO Nº 382**

Senhor Presidente:

O Deputados que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Aparecida Custódio Martins, residente à Rua Frei Lívio Panizza nº 144 - Bairro Campo Comprido, que pede providências em relação a um cano

de esgoto que encontra-se estourado há mais de três meses, na Rua João Dembinski, proximidade do posto de Combustível Pinheiros.

A água do esgoto fica empoçada na rua exalando um mal odor insuportável, além de propiciar contaminações de doenças. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 373-9094.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 383

Senhor Presidente:

O Deputados que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Isabel Moretto, residente à Rua Pavão nº 75 - Vila Gilcy - Bairro Ferraria, que pede implantação de rede de saneamento básico nesse bairro, principalmente na rua em que reside.

Há muitas valetas abertas, causando muitos transtornos para os moradores, além do perigo de contaminação de doenças. Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 649-3322.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 384

Senhor Presidente:

O Deputados que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos moradores da Rua Ambrósio Tomazzi, proximidades do nº 133 - Bairro Sítio Cercado, que pedem policiamento ostensivo em todo o bairro.

Ocorre que há dois homens que andam de moto, que assaltam e roubam outros motoqueiros, inclusive com armas de fogo. Toda a comunidade encontra-se apreensiva e os moradores pedem o policiamento em regime de urgência. A presença de policiais com certeza inibirá a ação dos assaltos e proporcionará tranquilidade a toda comunidade.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 077/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica decretado o dia 02 de maio, no calendário estadual, como data oficial denominada Dia Estadual da Comunidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se esta homenagem à etnia e comunidade polonesa pela contribuição de colonizadores dessa nação ao Estado do Paraná.

É inegável e decisiva a contribuição dos poloneses ao desenvolvimento do Paraná, à vida, à cultura, à economia e à tradição do nosso Estado.

Os primeiros poloneses vieram aqui em 1871. Até a II Guerra Mundial já haviam constituído um dos maiores contingentes de colonizadores estrangeiros no nosso Estado, sendo que também formaram um dos maiores núcleos de emigração de poloneses no mundo. Baseando-se no percentual populacional que essa etnia constituía no Paraná no início do século XX, podemos determinar que seus descendentes são hoje um quinto da população paranaense.

O Paraná é com certeza um Estado brasileiro onde as marcas polonesas são as mais visíveis - no modo de vida, nos hábitos das pessoas, na religiosidade, na arquitetura paranaense, na gastronomia.

Enorme foi a contribuição polonesa na formação do nosso sistema escolar básico em duas línguas, dois colégios dos mais renomados na época, um papel primordial na fundação da oftalmologia paranaense, na implantação da entomologia, geologia, silvicultura, ornitologia, cirurgia e valiosíssimas pesquisas nestas áreas, contribuição à nossa topografia e cartografia, pesquisas da industrialização da soja que em seguida tornou-se o produto mais forte das nossas exportações.

Uma conclusão merece ser feita: se o Paraná é hoje considerado um Estado de fortíssima agricultura, devemos considerar a importância do agricultor polonês que desbravou as terras e com o próprio suor as manchou tanto que se tornaram verdadeiramente e para sempre suas.

Apesar de ser basicamente camponesa, a imigração polonesa apresentou um número expressivo de intelectuais, cientistas, sacerdotes, militares, artistas e outros que modernizaram nosso Estado.

Nação polonesa foi muito sofrida na sua história. Momentos de sua glória misturavam-se com os pesadelos de ser invadida, dividida, ocupada e maltratada. Por isso a emigração faz parte da história deste povo. Inclusive, a emigração ao Brasil.

Foram escritas pelos poloneses as páginas mais lindas da história universal e da nossa, brasileira. Entre elas foi a participação deles na legião expedicionária brasileira durante a II Guerra Mundial, esta guerra que não somente resultou em extermínio maciço do povo polonês, mas também colocou o país por décadas em domínio politicamente alheio.

Vividos muitos sacrifícios, executado parcialmente um trabalho político de vanguarda na região,

demonstrado um árduo esforço para o desenvolvimento da economia e outras áreas, a Polônia em poucos dias, pois em 1º de maio de 2004, entrará na mais forte organização do continente europeu - a União Européia.

A nossa homenagem aos poloneses no Paraná vem então numa época quando toda a nação polonesa e seus descendentes no mundo, sentirão um reconhecimento e um excepcional orgulho. Dia 02 de maio, que antecede o Dia da Constituição Polonesa, foi escolhido pelo Senado da Polônia para homenagear todos os poloneses no mundo e agradecer-lhes pelo que têm feito em prol do reconhecimento do seu país.

Proponho que ocorra também no nosso Estado, em cada dois de maio, Dia Estadual da Comunidade Polonesa como o melhor reconhecimento dos descendentes poloneses que a representação política do Paraná pode fazer.

#### PROJETO DE LEI Nº 078/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a determinar providências para regulamentar a exposição pública de revistas e quaisquer outras publicações cujas capas provoquem constrangimentos de ordem social aos clientes de bancas de jornal e livrarias.

Art. 2º - O não cumprimento desta lei, implicará em sanções previstas em legislação pertinente, através do órgão estadual designado pelo Poder Executivo.

Art. 3º - As empresas a que se refere o artigo 1º, terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para os estabelecimentos nele contidos providenciarem as medidas propostas.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

A exemplo dos estabelecimentos de locação de fitas de vídeo que dispõem de sala para exposição de material qualificado como especial - eróticos ou pornográficos - também as bancas de jornais e livrarias deverão manter espaço restrito para mostra de publicações cujas capas exibem fotos de nudez total ou textos provocativos à moral e aos costumes.

O projeto deve-se às dezenas de sugestões que nos foram trazidas pessoalmente por pais e mães que se sentem constrangidos ao adentrar nos estabelecimentos

nominados em companhia de seus filhos, crianças ou adolescentes.

A formação ideológica do requerente se contrapõe a todo e qualquer tipo de censura, notadamente a que atenda à liberdade de expressão.

No entanto, a abusiva exposição de publicações que exibem material em comprometido com a arte, a ciência, a educação e a promoção da dignidade humana, é o motivo maior e que justifica plenamente o projeto de lei ora apresentado.

#### PROJETO DE LEI Nº 079/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada a Rodovia PR-041 entre o km 182/183 da Rodovia do Xisto, na localidade do Feixo, até a ponte do Rio Iguaçu de Balsa Nova, de Rodovia da Maçã.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo atender o pedido da comunidade local, que clama pela denominação dessa rodovia, conforme abaixo assinado.

Essa rodovia inicia entre o km 182/183 da Rodovia do Xisto, na localidade de Feixo, estendendo-se até a ponte do Rio Iguaçu em Balsa Nova. São aproximadamente 20 quilômetros utilizados para o escoamento da produção da maçã produzida na região.

Trata-se de um dos setores da economia que tem em muito engrandecido o nome do Paraná pela qualidade do produto. A exemplo de outras rodovias paranaenses que foram denominadas desta forma, coloco à apreciação do Plenário este projeto, solicitando o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis, pela sua aprovação.

#### PROJETO DE LEI Nº 080/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Motociclismo, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.03.2004.

(a) NATÁLIO STICA

#### JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Motociclismo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.659.572/0001-49, tem sua sede

e foro na rua Antonio Simm, nº 824, Bairro Tarumã, na Cidade de Curitiba / PR, é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, constituída como sociedade civil de caráter desportivo, sem fins lucrativos, que vem prestando importantes serviços sócio-comunitários à coletividade onde atua.

Em sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de elevado cunho meritório.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra à deputada Luciana Rafagnin, que usará também o Horário do PT.

#### A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados.

Uso essa tribuna para informar e de certa forma, fazer uma prestação do trabalho que fizemos na segunda e terça-feira, dias 22 e 23, quando estivemos em Brasília debatendo e levando alguns assuntos referentes ao Estado do Paraná.

Participaram dessa audiência os Deputados: Pedro Ivo, Padre Paulo e o Deputados Federal Assis Miguel do Couto e a deputada Federal Selma Schons, além do superintendente do Incra, o senhor Celso, que foi muito importante a sua presença, porque um dos assuntos mais abordados foi a questão da reforma agrária no nosso Estado do Paraná.

A primeira audiência que tivemos foi com o Secretário Nacional da Agricultura Familiar, Walter Bianchini, o qual nos informava sobre o andamento do PRONAF no nosso Estado. Segundo ele, já foram repassados 430 milhões, e agora estão sendo providenciados mais 50 milhões: 20 milhões para o sistema CRESOL e 30 milhões para o Banco do Brasil, fechando 500 milhões.

É bom dizer que no ano passado esse recurso foi de 300 milhões. Relatou-nos também, que no Brasil nunca ultrapassava 900 mil contratos do PRONAF. E esse ano já se chegou a 1100. São 300 mil famílias que estão recebendo recursos do PRONAF, sendo que o valor deste é bem maior. No governo passado, foi de 2.2 bilhões; agora, já é de 3.5 bilhões e a meta é chegar a 5.4 bilhões de reais. Essa esperança que temos para nossa agricultura familiar.

Também entregamos ao Secretário Bianchini documentos que foram elaborados na região Sudoeste, elaborados por entidades que representam a agricultura familiar, que solicitam incentivo do Governo Federal às famílias dos agricultores que sofreram com a estiagem. Essa ajuda vai aos municípios que foram atingidos pela estiagem. Entre as reivindicações entregues, está a prorrogação do pagamento do PRONAF. Isso vai auxiliar os nossos agricultores familiares. Sabemos que isso envolve Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A audiência seguinte que tivemos foi com o Ministro Miguel Rosseto, Ministro do Desenvolvimento Agrário, e o ponto de pauta foi a reforma agrária no Estado do Paraná. Estávamos muito preocupados com a questão da ARAUPEL e ele nos deixava calmos, pois disse que a reforma agrária, ou seja, a desapropriação da ARAUPEL e o assentamento de duas mil famílias vai acontecer neste ano. Essa é uma questão que o governo já tem como dada e é importante porque no ano passado foram assentadas 160 famílias. Neste ano, nos informa também o Superintendente Celso, que o INCRA já se encontra de posse de terras para assentar seiscentas famílias e está em negociação com outras áreas onde vai contemplar mais duzentas famílias, fora a questão ARAUPEL. Então, vemos que neste ano devemos chegar a mais de três mil famílias assentadas. É o cálculo que o INCRA tem, e segundo o Ministro, querem assentar no Paraná, neste ano, quatro mil famílias.

Sabemos que existe muita dificuldade, mas se conseguirmos chegar próximo ou com pouco mais de três mil famílias neste ano, temos certeza que já vai ser um grande passo da reforma agrária no nosso Estado. É bom dizer que nos últimos vinte anos foram assentadas 15.800 famílias no nosso Estado e nós temos, hoje, quinze mil famílias acampadas aguardando que seja efetuada a reforma agrária. Sabemos que vai ser muito difícil acontecer o assentamento de todas elas em três ou quatro anos, mas esperamos chegar próximo a isso. Esperamos que consigamos fazer uma grande reforma agrária no nosso Estado, pois entendemos que estaremos contribuindo, e muito, com o desenvolvimento do nosso País. Sabemos da importância que tem isso para as famílias que hoje encontram-se acampadas, inclusive pedimos o empenho do ministro para dar atenção máxima às famílias que hoje vivem embaixo de lonas, vivem em situação de miséria, praticamente, e queremos que elas possam viver com dignidade.

O Ministro nos informou que o repasse de recursos da saúde, principalmente saúde da família, está em 50% a mais para que possamos atender essas famílias. Sabemos da importância, ou melhor dizendo, da necessidade que essas famílias têm, até mais do que outras, embora a necessidade de saúde vai além de quem está num barraco, além de quem está em acampamento, sabemos que atinge muitas famílias e é preciso que o governo incentive e repasse um recurso maior à saúde para as famílias carentes, para as famílias mais necessitadas.

Ficamos felizes com essa notícia do Ministro Miguel Rosseto e esperamos que seja realmente valorizado o nosso Estado e seja contemplado nessa proposta de reforma agrária.

Também reivindicamos uma estrutura maior para o INCRA, inclusive mais funcionários, porque o quadro está insuficiente para o trabalho que o INCRA tem a fazer e o Ministro nos informava que até maio, no máximo junho, já vai estar colocando no mínimo oito pessoas a mais, sendo que o INCRA já está realizando um concurso



e espera até maio colocar mais cinco agrônomos para poder dar andamento nas propostas e no trabalho que vem fazendo.

Por último, no dia de ontem, tivemos audiência com o Deputado Virgílio Guimarães, que é relator da Comissão Especial da Reforma Tributária e solicitamos a ele a inclusão da Região Sudoeste do Paraná no Fundo de Desenvolvimento Regional. Esse fundo que tem por objetivo diminuir a disparidade social e regional e o Sudoeste encontrava-se fora da proposta desse Fundo. É bom dizer aqui que a Grande Fronteira do Mercosul engloba o Sudoeste do Paraná, o Oeste de Santa Catarina e as Regiões Noroeste e metade do Sul do Rio Grande do Sul. No entanto, a Região Sudoeste do Paraná havia ficado de fora desse Fundo, inclusive, estamos encaminhando nesta Casa, neste dia, um requerimento, o qual já solicitamos apoio de todos os Deputados, para que seja enviado ao Deputado Virgílio, relator da reforma tributária, que no dia de ontem acatou a proposta de emenda incluindo o Sudoeste do Paraná, mas mesmo assim seria um reforço a mais que esta Casa estaria dando a essa proposta que ele incluía realmente na reforma tributária a Região Sudoeste nesse Fundo de Desenvolvimento Regional.

Acredito que isso é muito importante, sabemos quem em diversas regiões existem diversos tipos de camadas sociais e a Região Sudoeste precisa de um apoio maior. Das regiões contempladas no Fundo, a única que não se encontrava era a Região Sudoeste.

Então, esperamos encontrar esse apoio nesta Casa e era isso senhor Presidente, senhores Deputados. Posso dizer que os Deputados que também estiveram nos acompanhando, Deputados Padre Paulo, Pedro Ivo, nos sentimos bastante felizes com as audiências que tivemos e com bastante esperança de que vamos obter algumas conquistas para o nosso Estado, conquistas a mais como essas que já citamos. Já são conquistas importantes com relação à questão do PRONAF e com relação à reforma agrária que temos a certeza que este ano teremos em torno de três mil famílias sendo assentadas.

Muito obrigado, senhor Presidente, muito obrigado, senhores Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)**

Com a palavra, Deputado Augustinho Zucchi.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Senhor Presidente, senhores Deputados, senhoras Deputadas.

Na verdade, senhor Presidente, gostaria de não me ater aqui aos problemas do Porto de Paranaguá, até porque tem a Comissão de Fiscalização, vai ter a CPI, vejo aqui o Deputado Elio Rusch que deverá com certeza absoluta fazer uso da palavra depois para falar sobre a questão do Porto.

Mas, gostaria de chamar a atenção para um assunto, que na minha opinião contribui para que esta

questão acabe por se tornar um problema tão grande para o Paraná e também de reflexos em todo o Brasil.

Hoje, recebo aqui uma cópia de uma ordem de serviço do Superintendente do Porto de Paranaguá, Eduardo Requião; aqui diz que usando das suas prerrogativas enquanto Superintendente do Porto e considerando o disposto no artigo 2º da Lei 10814 de 15 de dezembro de 2003, considerando o artigo 6º da Lei 10814, enfim faz várias considerações legais, senhor Presidente, para no final dizer o seguinte: “Determina que a estocagem e o embarque de soja nas dependências da APPA seja condicionada à apresentação de certidão negativa de transgenia expedida pela CLASPAR ou por entidade credenciada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária de Abastecimento. Que na hipótese de existirem lotes de soja para estocagem e embarque sem a certificação acima requerida, sejam os mesmos segregados e rotulados como determinam as leis federais (aqui especifica duas leis inclusive a última de 03 de junho de 2003 e a outra de 11 de setembro de 1990) de modo a evitar-se a contaminação de lotes de soja convencional e as dependências da APPA”.

Gostaria apenas, senhor Presidente, de dizer que esta ordem de serviço venha a regularizar aquilo, Deputados Elton Welter, que eu proponha aqui em alternativo, aquilo que se discutia naquela época. Tanta teimosia!

Vou apresentar, Deputados Dobrandino, ao Governador Requião - e quero a ajuda dos parlamentares - uma reavaliação do projeto que apresentei que trata da rastreabilidade da certificação e da rotulagem.

Se isso tivesse sido feito, não teríamos a metade do coas que está no Porto de Paranaguá. Todos os caminhões vindos da Região Oeste e Sudoeste do Paraná, estão dando traços de transgenia. As máquinas que identificam se o produto é transgênico ou não têm até 0,5% de tolerância, porque pode dar; e toda Convenção Internacional determina que até 0,9% é considerado tolerável para nosso soja. E o que está acontecendo?

A nossa soja está indo para a Argentina - em grande parte - outra parte está indo para o Porto do Rio Grande do Sul, outra parte para Santa Catarina e agora, nesta ordem de serviço, o Superintendente Eduardo Requião toma essa medida, que na minha opinião poderia ter sido tomada há tempos atrás e resolveria esse problema.

Então, acho que deveríamos, ao invés de só falar dos problemas do Porto, propor soluções e vamos procurar e apresentar ao Governador Requião uma solução, não para esta safra, porque já passou, mas que para a próxima safra tenhamos certificado qual é a soja convencional, qual é a soja orgânica, e até a soja transgênica, para que possa ser realmente segregado e rotulado para que não haja problemas da forma que está havendo. Centenas de caminhões estão voltando ou não voltando, não sei para onde estão indo, por causa dessa questão!

Então, apenas gostaria de me somar aqui aos Deputados da nossa Assembléia - porque na verdade a Comissão nomeada pelo Presidente Hermas Brandão surgiu da opinião inicial do Deputados Luiz Carlos Martins e depois foi corroborada pelo Deputados Ângelo Vanhoni -, para que façamos todo o esforço necessário para diminuirmos essa dificuldade e esse prejuízo. Graças a Deus, hoje de manhã recebemos a notícia que o Porto já volta a funcionar, embora lá existem problemas que são estruturais e que dependem de uma atitude e de uma determinação mais aprofundada do governo, para que possamos fazer com que o Porto de Paranaguá represente a abertura a outros mercados do nosso Estado e do nosso Brasil. E com relação a essa questão eu já conversei com OCEPAR e com os setores produtivos antes de vir fazer este pronunciamento e eles topam em fazer, em um esforço conjunto no Paraná, de fazer disso um grande projeto, para que possamos, como único Estado da Federação e quem sabe o primeiro do Brasil, ter identificado qual é o tipo de soja que produzimos e, a partir daí, não dar essa problemática que está acontecendo aqui.

Então, tínhamos razão quando antes conversávamos sobre esse assunto aqui na Assembléia.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputados Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor Presidente, senhores Deputados e Deputadas; povo do Paraná:

A Deputada Luciana Rafagnin, com muita propriedade, ressaltou aqui a visita que os companheiros Padre Paulo, Pedro Ivo e ela fizeram ao Ministro Miguel Rosseto e dos avanços que a reforma agrária poderá ter aqui no Paraná este ano, sinalizando bem claro pelo Ministro Rosseto. E falando em notícias boas, no dia de amanhã, na Cidade de Cascavel, às 16h00, teremos um evento junto com o Ministro das Cidades, em um Programa de Habitação Rural, nunca tido antes em outros governos. Serão para o Paraná, nessa primeira etapa, seiscentas casas, que serão habitação rural para o pequeno produtor, que será anunciado amanhã pelo Ministro das Cidades, Olívio Dutra. E quem vai gerir, quem ganhou a concorrência para executar essas casas será o sistema de crédito CRESOL, onde os produtores receberão quatro mil e quinhentos reais, a fundo perdido do Governo Federal. O Estado é para ser parceiro desse programa e uma parte será financiado pela própria CRESOL, que são dois mil e novecentos reais, aproximadamente, com parcelas em médio e longo prazo.

Então, é um programa que nunca tivemos antes na história do País e que vai financiar a fundo perdido uma boa parte, a metade da construção, para o produtor rural. Um programa do governo Lula que vai valorizar o pequeno produtor, que vai dar uma casinha para quem realmente está em situação difícil e está com a sua casa,

praticamente, caindo. Sabemos como é a situação do interior. Essa é uma condição para que o produtor consiga ter uma moradia digna e que tenha condições de morar e viver melhor no campo.

Aliado a tudo isso é sempre bom lembrar que o Governo Federal já está fazendo, através da CONAB, compra antecipada dos produtos da cesta-básica, que fazem parte da questão do Fome Zero. Isso tudo está sendo operado pela Secretaria do Trabalho, pela CONAB, e isso tudo também favorece o pequeno agricultor, se compra o produto do produtor, num valor de até dois mil e quinhentos reais, que faz parte da cesta-básica. Aliado a isso também foi feito no ano passado, a reforma tributária, onde agora, por regulamentação, a tributação sobre os produtos da agricultura familiar a intenção é praticamente zerar os impostos sobre os produtos da comida do povo brasileiro.

Então, vejam há uma preocupação clara e nítida com relação aos excluídos.

Vindo para o Paraná, vejamos, quantos programas já foram anunciados que têm um caráter social: a Luz Fraterna, o Programa Homero Oguido, que é da água, a tarifa social da água, que vai conseguir incluir até 360 mil famílias. Se todas essas famílias foram cadastradas, passará de um milhão de habitantes no Paraná que serão beneficiados pela tarifa social da água; é praticamente 10% da população.

Então, há uma vontade, uma disposição muito clara. Em breve será votado o salário-mínimo pelo Governo Federal, que no governo anterior sempre se falava em cem dólares, e pela primeira vez na história do Brasil, serão cem dólares. Não dando nem um ano e meio de governo, já estarão os cem dólares, o salário do trabalhador, que ainda é insignificante mas é um sinal visível de quanto há uma preocupação com o pessoal, com as famílias de baixa renda por parte do Governo Federal e do Governo Estadual.

E para finalizar, senhor Presidente, percebemos toda uma vontade da ala da Oposição, principalmente em nível federal, porque conseguimos no Governo Federal a grande estabilidade; para quem apostava no desastre da economia, nós construímos uma maioria política no Congresso Nacional, nós aprovamos a reforma tributária, a reforma da Previdência, diminuindo o risco Brasil, que passava de dois mil e quinhentos pontos para em torno de quinhentos, seiscentos pontos, a inflação foi segura, foi baixada, o dólar estabilizado, o Brasil ganhou um respeito internacional na questão da discussão com relação à OMC (Organização Mundial do Comércio). Os avanços virão gradativamente e ninguém nunca prometeu milagre. O que aconteceu no fato do Diniz, por exemplo, que ainda está sendo repercutido pela imprensa, o próprio Governo, com a sua sindicância, identificou que realmente havia problemas, estão sendo punido, as investigações estão avançando.

Então, há uma vontade muito clara de combater a corrupção neste País e aqui no Estado. E nós temos con-

vicção que as coisas estão dando certo e vão melhorar, sem sombra de dúvidas.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Fonseca)**

Deputados José Maria Ferreira está inscrito no Pequeno Expediente. Ultimo orador.

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputados Dobrandino da Silva.

**O SR. DOBRANDINO DA SILVA**

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados.

O que me traz à tribuna é com referência a uma carta aberta enviada aos gabinetes dos Deputados pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Foz do Iguaçu. Para o meu gabinete não chegou, porque eles sabem que eu sou de Foz e conheço bem o sindicato, mas vários Deputados falaram que receberam, e eu imagino que a maioria deve ter recebido.

Na verdade, estão comunicando aqui, senhor Presidente, da forma - segundo eles, autoritária que o Prefeito de Foz os trata. Ainda bem que numa coisa eles estão sendo honestos: eles não falam que na Prefeitura de Foz em corrupção. Eu fui Prefeito em dois mandatos, tive um monte de processos, mas nenhum deles por desvio de um centavo! Na legislação do atual prefeito que é meu filho, também, graças a Deus, não existe isso!

Foz do Iguaçu tem mais de seis mil servidores. Para os senhor terem uma idéia, tem a Associação dos Servidores Públicos de Foz do Iguaçu, que congrega cerca de 90% dos servidores, e tem o sindicato, que agrega menos de 10%. E a grande maioria sindicalizada estão aqui, neste documento.

Na verdade eu tenho conversado muito com o prefeito, com seus secretários, para que haja uma forma de convivência, embora eles procurem atrapalhar a administração. Eu fui Prefeito por dois mandatos, Vereador por mais dois mandatos, sempre convivi com a maioria e com a minoria e acho que nós vivemos numa democracia e temos que dar o direito à minoria, de se manifestar. Mas isso que eles estão colocando, na verdade, é provocado pelos próprios membros do sindicato que tentam inclusive em todas as ações da Prefeitura, todos os processo eles entram na Justiça de forma política para atrapalhar a administração. E o prefeito chega uma hora que ele não agüenta mais e faz com que eles cumpram a lei. Inclusive, para os senhores terem uma idéia, foi criada uma CPI, Comissão de Inquérito - na Câmara de Vereadores, para fazer o levantamento dos destinos da verba que vai para o sindicato; isso já está ocorrendo lá.

Só para comunicar aos Deputados que devem ter recebido este manifesto que na verdade é esta minoria de servidores de Foz do Iguaçu que vota neste sindicato, que conheço bem, conheço bem a situação que está lá, um grupo que vive de salário, o salário da Prefeitura de Foz do Iguaçu é um salário altíssimo, o mais alto do Brasil e eles vivem, pelo sindicato, tentando tumultuar, embora a

gente saiba que democracia é isso: eles podem se manifestar mas não têm o direito de atrapalhar a administração! É por esta razão que eu venho aqui dizer aos nossos Deputados que é uma minoria absoluta, muito pequena dos servidores que levanta esse tipo de questão.

Por outro lado, venho manifestar aqui a minha satisfação neste momento. Estivemos com o Governador Roberto Requião, na parte da manhã. Houve, no Porto de Paranaguá, o acordo entre os diversos sindicatos, ontem à noite, na casa do Governador, com os Secretários, e o Porto já está operando. Os Deputados que estiveram lá ontem vão poder noticiar isso melhor, mas o Porto já está operando e esperamos que volte à normalidade o mais rápido possível.

Sei que meu tempo está esgotado, senhor Presidente, mas numa próxima oportunidade voltarei a discorrer sobre este tumulto que houve em Paranaguá e a opinião que temos sobre isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermes Fonseca)**

Próximo orador, ainda no Pequeno Expediente, Deputados Plauto Miró Guimarães.

**O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)**

Gostaria apenas de informar, como membro da Comissão de Educação, que o nosso Presidente, Deputados Tadeu Veneri se encontra em Guarapuava para uma audiência pública da Comissão de Educação da Cultura e Esportes, que vai se realizar na UNICENTRO na Cidade de Guarapuava.

Muito obrigado.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados.

Quero, aqui, inicialmente parabenizar o Deputados líder do PMDB, Antônio Anibelli, que no dia de ontem tomou uma posição clara no momento que se discutia a questão do veto do projeto de Plano de Cargos e Salários. Ele foi lúcido e marcou a sua posição firme, de como um Deputados que compõe uma base aliada, líder de um partido ligado ao governador deve se portar. No passado os Deputados que faziam parte da base aliada do governo anterior nos momentos difíceis de votar questões polêmicas, eles estiveram sempre firmes e declarando o seu voto. Então o Deputados Anibelli no dia de ontem subiu, e muito, no meu conceito, no momento em que ele marcou a sua posição e deixou clara a forma como iria votar o veto ao Plano de Cargos e Salários.

Então, Deputados, é assim que tem que se ter posição na hora ruim e na hora boa. Se é Oposição, tem que fazer o seu papel, se é Situação, tem que defender o Governo que ele faz parte, que aqui na Casa de Leis tem a base aliada os seus Deputados, e eles têm que ter uma posição clara e transparente. O Deputados Anibelli, no dia de ontem, teve.

Mas o que me traz a esta tribuna é sobre o Porto de Paranaguá. Uma preocupação muito grande que tenho e fui a fundo buscar os números, os prejuízos que a agricultura do Estado do Paraná está tendo com a greve no Porto de Paranaguá. Fui buscar junto à FAEP, junto à imprensa, que publicou as declarações de várias pessoas representantes do setor produtivo da agricultura no nosso Estado do Paraná.

Para se ter uma idéia, senhores Deputados, um navio parado aguardando para atracar, custa por dia 40 mil dólares.

Tínhamos, senhores Deputados, 49 navios aguardando para atracar, para receber as suas cargas. Isso dá 1.6 milhões de dólares por dia. Tivemos 5 dias de paralisação. Deixou-se de embarcar 250 mil toneladas de grãos, perfazendo um total de 8 milhões de dólares o custo que só os navios que ali ficaram parados trouxeram para os embarcadores, para as cooperativas, para os exportadores, para os produtores rurais do Estado. E pior, vi o Deputados Welter vangloriar-se que o risco Brasil caiu! Caiu. Só que com a atitude do Porto de Paranaguá o risco Brasil voltou a subir novamente.

Vou trazer aqui o prejuízo que o produtor rural tem. Tínhamos um prêmio negativo para a soja que estava por ser exportada no Estado do Paraná. Para se ter uma idéia, por toda a questão que envolveu o Porto, dava 1 dólar e 30 centavos por medida que é negociada nas bolsas do mundo inteiro, e dá 27,2 kg de soja. No ano passado, quando não se tinha essa confusão gerada pelo atual Governo junto com os portuários de Paranaguá, o prêmio da soja era positivo. Por ser positivo, a medida de soja negociada na bolsa valia 10 centavos a mais para ser exportado pelo Porto de Paranaguá. E o prêmio negativo acabou proporcionando a todos os produtores do nosso Estado 338 dólares por tonelada. Era o preço no dia de ontem, que fazia com que cada saco de soja exportado pelo Porto de Paranaguá tivesse um preço menor de 2.86 dólares. Este é o custo que os produtores rurais do nosso Estado do Paraná estão tendo com a greve do Porto de Paranaguá. Estão deixando de vender por 2.86 dólares a menos do que a soja exportada por outros Portos do nosso Brasil. E depois, aqueles que governam o nosso Estado vêm dizer que o Estado do Paraná não teve prejuízo! Pode ser que o governo do Estado diretamente possa não ter um prejuízo, mas, o setor produtivo, os agricultores do nosso Estado assumiram e vão ter que pagar a conta da brincadeira da greve, da brincadeira da arrogância do governador do Estado do Paraná que não quis conversar com os grevistas, que faziam a manifestação para tentar corrigir no Porto de Paranaguá, medidas que foram tomadas pela atual administração!

Então é um custo altíssimo que a agricultura do nosso Estado, do Mato Grosso e de outros Estados que usam o Porto de Paranaguá vão ter pela brincadeira da direção do Porto de Paranaguá e do Governo do Estado do Paraná, que não quis conversar, já no primeiro dia de

greve, com os portuários, para apresentarem os motivos da greve.

Esta é minha posição. Queria trazer claro o prejuízo que a agricultura do Estado do Paraná teve com a brincadeira que o Porto de Paranaguá enfrentou na disputa e o radicalismo dos dois lados: do governo e também dos embarcadores e dos portuários.

Quero, senhor Presidente, encaminhar à Mesa, agora, um requerimento pedindo ao Secretário Maurício Requião, para que ele nos explique quais são os critérios que estão sendo utilizados pelo Núcleo Regional de Educação da cidade de Ponta Grossa, na classificação e contratação dos professores pelo processo seletivo.

Deputada Cida, o Núcleo Regional de Educação do Município de Ponta Grossa é dirigido por representantes do Partido dos Trabalhadores. É até uma parente do Prefeito Péricles de Holleben Melo que está à frente do Núcleo, que, por sinal, há bastante tempo acaba ela distanciada, porque está fazendo doutorado. Ela é professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa e o Núcleo está vago e vazio. E o teste seletivo parece-me que para poder ser selecionado o professor, a qualificação que precisa é ser companheiro. Sendo companheiro, o emprego existe. Para aqueles que têm qualificação, têm titulação, têm uma condição real de assumir uma disposição, têm dificuldade de entrar e assumir os cargos no Núcleo Regional de Educação.

Então, vou pedir ao irmão do Requião, Secretário da Educação, para que ele nos explique o que é que está acontecendo em Ponta Grossa. Quero saber quais são as exigências, o critério para poder selecionar os professores para ocupar os cargos através dos testes seletivos. Estou fazendo isso, porque inúmeras pessoas - que estão querendo lecionar e fazer esse teste seletivo na cidade de Ponta Grossa - têm trazido a nós a preocupação, porque não estão entendendo muito bem como é que funciona tudo aquilo.

Concedo aparte ao Deputados Durval Amaral.

### **O Sr. Durval Amaral**

Quero cumprimentá-lo inicialmente pelo brilhante pronunciamento que faz e colaborar com algumas informações ao seu pronunciamento.

Essa paralisação do Porto, e não só ela, é todo um contexto que o Porto de Paranaguá vem vivendo desde o ano passado, quando lá se iniciou a administração atual. O que V. Exa. já enfatizou: tínhamos o maior prêmio positivo por exportação de soja. Hoje, temos, infelizmente, o maior prêmio negativo na exportação de soja. Isso causa um prejuízo imenso às cooperativas do Estado do Paraná, aos produtores rurais do Paraná. Mas, não pára apenas aí.

Os insumos agrícolas, os fertilizantes, que custavam 731 reais a tonelada, hoje estão custando 771 reais, mas não houve variação do câmbio, não houve variação do dólar, não houve o aumento no custo de importação dos insumos, dos fertilizantes. Mas, o que houve? O risco Paranaguá, o risco do Porto, a permanência dos navios,

de sorte que ninguém quer embarcar ou receber produtos pelo Porto de Paranaguá. Isso fez com que houvesse um aumento, só neste último mês, de 5% no custo dos fertilizantes praticados aqui no Estado do Paraná. E se fala tanto em proteger a agricultura, aliás esse tem sido o discurso do nosso governador, e só para enfatizar, não estou aqui defendendo as concessionárias, mas o governador sempre tem dito que o pedágio é lesivo para o agronegócio, para os agricultores, para a sociedade paranaense.

Pois bem, uma carreta paga, de pedágio, 300 reais para vir do Oeste do Paraná até o Porto de Paranaguá, com o prejuízo que o agricultor está tendo de oito reais por saca, uma carreta carrega 500 sacas. São 4 mil reais de prejuízo por carreta que o Governo do Estado do Paraná, através da administração dos Portos, está dando a todos os produtores rurais do nosso Estado. É um caos para o sistema de exportação. Sabemos o prejuízo que tem tido o produtor rural pela pura incompetência administrativa.

Estou me somando ao seu pronunciamento e parabéns V. Exa. Muito obrigado!

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Quero aqui explicar o tal prêmio negativo, prêmio positivo.

O que é o prêmio? É a composição de vários itens que faz o preço ser maior ou menor. E agora está menor por causa da confusão do Porto. O prêmio avalia a origem da soja, o Porto de destino, a oferta, a demanda, a qualidade, e em espacial o preço do frete até o Porto e a eficiência portuária. Nos anos passados sempre foi positivo o Porto. E agora com essa situação, ficou negativo pela greve, trazendo prejuízos que os produtores estão assumindo, por saca de soja, na ordem de 2.86 dólares.

#### O Sr. Antonio Anibelli

Isso é temporário, como mudou em dois dias. Isso será compensado na semana que vem, já que o Porto voltou. Como houve uma quebra de 30% ou talvez mais, infelizmente, na safra do Paraná, do Brasil e nos Estados Unidos o preço vai compensar muito. Na semana que vem esse prêmio que V. Exa. tão bem diz na tribuna, será compensado novamente.

Muito obrigado!

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

O preço da soja está subindo por problemas climáticos do mundo inteiro. Agora, uma coisa não tem nada a ver com outra, se o Porto fosse eficiente os produtores estariam ganhando 2.86 dólares por saca e estaria a economia do Estado do Paraná ganhando também. É a trapalhada dos dirigentes do Porto que está proporcionando essa brincadeira.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados.

Subo à tribuna para prestar contas do que fizemos ontem, da nossa atuação de ontem, em Paranaguá.

Esta Casa, através do Presidente, delegou a este Deputados, Deputados Elio Rusch e Marcos Isfer, que fôssemos para Paranaguá e buscássemos o entendimento e levar a contribuição desta Casa, no sentido de criar um canal de diálogo com as partes envolvidas na questão da paralisação do Porto.

Chegando lá, fomos direto à Superintendência dos Portos, buscando tomar conhecimento do que estava acontecendo, as reivindicações dos setores parastas e também quais eram as condições que a Administração do Porto de Paranaguá e de Antonina tinham para oferecer.

Tivemos uma longa exposição do seu superintendente, Eduardo Requião, colocando item por item, junto com o seu diretor-técnico de operações e com essas informações e com aquelas dos navios que deveriam estar atracados e estavam ao largo da baía, fomos até o Fórum local onde era para ser realizada uma reunião entre os diversos sindicatos e os operadores que atuam no Porto de Paranaguá, mais os representantes do Porto na pessoa do Dr. Mauro Maranhão e do Dr. Alaor. Com isso também foi recebida uma informação, já pela manhã, de que o governador Roberto Requião havia convocado o prefeito Mário Roque para que viesse ao Palácio e pudessem buscar um entendimento.

Na parte da tarde, a diretoria dos sindicatos de trabalhadores fez uma solicitação junto ao delegado regional do Ministério do Trabalho designado para Paranaguá no sentido de que suspendesse aquela oitiva e que marcássemos para quinta-feira, portanto, amanhã, a partir das 14h00min, porque estava em vias de entendimento com o Governo, no sentido de buscar uma forma de voltar o Porto ao seu trabalho normal.

Mais à tarde fomos para a Câmara Municipal, onde se reuniram todas as demais lideranças. Como o nosso trabalho não era o de julgar e nem de inquirir ninguém, estávamos lá com o único objetivo que a Casa designou de buscar uma alternativa para que pudéssemos encontrar um consenso das partes e que o Porto voltasse ao normal e aquela fila enorme de quase três mil e quinhentas carretas fosse tirada da beira da estrada e tivéssemos o Porto retomado, então, fizemos a proposta de que caminhasse todas as dificuldades, mas que tivesse um ponto comum que era o de pelo menos atracar os navios que estavam na baía e limpar a fila de caminhões ao lado da BR.

À noite, os representantes de Paranaguá estiveram no gabinete do governador, depois de uma reunião inicialmente tensa, mas no decorrer foi-se estabelecendo a condição de diálogo e já saiu quase acertado de que o Porto, hoje, pela manhã, entraria em funcionamento. Entre 24h00 e 01h00min a própria Administração do Porto fez a convocação dos funcionários para que pudessem retornar aos trabalhos hoje pela manhã e isso é o que

está sendo feito, de forma gradual, porque os sindicatos também precisam ter o aval das suas assembléias.

O que nós ouvimos lá é que existe administração, existe razão, motivo, o problema do Porto é um problema complexo, você não resolve com um estralar de dedos, tanto do ponto de vista da infra-estrutura como do próprio relacionamento. Houve, inclusive, uma falta de habilidade do superintendente, mas grande parte das suas iniciativas estão corretas. Entendo que faltou diálogo, faltou discussão, envolver toda a comunidade portuária envolvida na atividade. Eu entendo que a partir deste momento envolvendo os operadores, sindicatos, funcionários e a própria comunidade e Paranaguá, teremos condições.

O Porto carece de investimentos, e essa carência de investimentos não surgiu de seis meses, de um ano para cá, não, o Porto vem tendo dificuldades há muitos anos. O Eduardo Requião cancelou cinco contratos no sentido de buscar a moralidade da atividade pública, mas com dificuldades legais para reimplantar o serviço. E aí, evidentemente, tivemos uma dificuldade enorme, inclusive atingindo a eficiência e a própria competência do Porto.

Vejam, senhores Deputados, no mandato que recebemos, procuramos conhecer todas as posições, tanto do prefeito, dos senhores vereadores, das lideranças portuárias, dos sindicatos, que não fizeram greve. Diante do representante da Delegacia Regional do Trabalho, o Sindicato recusou a condição de estar em greve. Fizeram um movimento paralista pró-Paranaguá.

Ora, mas o movimento pró-Paranaguá era o cumprimento de trinta e uma reivindicações. Grande parte dessas reivindicações, tenho certeza que o governo do Estado tem condições de acolher, e parte delas foi acolhida ontem, na reunião, porque senão, não teria nenhum sentido de voltar ao trabalho.

Precisamos olhar o Porto com muito mais cuidado. Acho que o governo e a própria liderança da base de apoio têm que sugerir, meu nobre líder Deputados Anibelli, que o CAP, que é o Conselho de Atuação Portuária possa ser ouvido para ter envolvimento de toda a comunidade, e nesse envolvimento nós possamos agilizar a própria operação do Porto.

A decisão de acabar com a utilização do armazém público comum é correta, mas no mesmo momento que é correta, precisa na outra mão, a Administração encontrar uma forma de agilizar o embarque do Porto, porque simplesmente só fechar o pool para que não participem no embarque as demais empresas da seção de carga; não é o suficiente, porque aí você retarda e tira a competência e a agilidade do embarque do Porto.

Com a palavra, Deputados Neivo Beraldin.

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Deputados José Maria, quero cumprimentá-lo pela exposição que faz nessa tribuna. Sei que ontem, os tidos como grevistas, os revoltantes, estiveram com o governador no Palácio Iguaçu, e após, foram até a sua residência

até uma hora da manhã e fizeram um acordo. Estaria então findando o movimento de 05 dias de greve.

Agora, das suas reivindicações, quais foram atendidas por parte do governo, para eles voltarem ao trabalho?

Acho que esse é um ponto importante. Há mais de dois meses a Comissão de Fiscalização vêm dizendo nesta Casa que há um descontentamento no Porto. Estivemos em Paranaguá, fizemos uma audiência pública, ouvimos trinta pessoas. Durante o dia todo aquela audiência ficou lotada e foi constatado que havia unanimidade contra a administração local. Sei que isso é um ponto difícil porque é uma manifestação contra o irmão do governador. E V. Exa. deve ter constatado que faltou habilidade administrativa, relacionamento humano com as pessoas de Paranaguá.

Esse aspecto é importante de ser ressaltado, e até ousou arriscar um palpite: acho que o governador apagou o incêndio, mas permanece o fogo.

Parece-me um palpite difícil, de fora, mas acho que o governador teria que repensar a questão administrativa do Porto de Paranaguá.

Gostaria apenas de perguntar a V. Exa. quais foram os itens atendidos para que houvesse esse entendimento entre o governo e o sindicato.

#### **O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Deputados Neivo Beraldin, não tenho todas as informações, porque nem o governo e nem o sindicato as divulgaram para que pudesse ser apresentado à Assembléia e lá, pudesse ser tirado um posicionamento.

É por essa razão que não posso declinar quais foram os itens atendidos, mas tenho certeza que boa parte dos itens que estão aqui nesta pauta de trinta e um foram acordados para, no mínimo, uma discussão, porque eles próprios entenderam que não existe um sentimento de revolta contra o Governo. Há uma inviabilidade local de relacionamento e isso não posso esconder!

Estive lá com o superintendente do Porto, nos recebi a todos nós, muito bem, mas a cidade, as lideranças que lá compareceram, foram unânimes em fazer a constatação que o superintendente tem dificuldades no relacionamento com a cidade.

Eram esses os esclarecimentos, senhor Presidente, e também aqui cumprimos uma apelação do Deputados Hermas Brandão, no sentido de que lá fôssemos para trazer os esclarecimentos a esta Casa!

Agradeço ao Deputados Elio Rusch, pela cessão de cinco minutos!

Muito obrigado!

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Com a palavra o Deputados Elio Rusch, no Grande Expediente, por vinte e cinco minutos.

#### **O SR. RATINHO JÚNIOR (Pela Ordem)**

Senhor Presidente.

Apenas para justificar a ausência do Deputados Marcos Isfer, que é o líder do PPS, que não está em Plenário hoje porque está em Paranaguá, juntamente com uma comitiva do Governo do Estado, para tentar resolver essa situação do Porto de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado.

Com a palavra, o Deputados Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, meu caro Presidente da Câmara de Santa Helena, Vereador Camargo, que está presente nesta Sessão; demais paranaenses.

Apenas para colaborar ainda com o Deputados José Maria Ferreira, que acaba de usar a tribuna e fez um relato daquilo que a Comissão fez ontem no Porto de Paranaguá, integrada pelos Deputados José Maria Ferreira, Marcos Isfer e mais a nossa pessoa. Na verdade, nessas audiências, nesses contatos que mantivemos no Porto de Paranaguá, sentimos de perto a grande dificuldade que existia na relação dos portuários com a diretoria da APPA.

Sabemos também que ontem houve a reunião no Palácio Iguaçu, do governador do Estado com as lideranças portuárias e, segundo informações, o Porto já está operando no dia de hoje. Isso é menos mau e menos ruim para a economia do Paraná e, principalmente, para a credibilidade do Brasil no mercado internacional. Nós sabemos e não queremos entrar no mérito da questão administrativa do Porto de Paranaguá, se as atitudes adotadas pelo seu superintendente estão corretas ou não. Então, coube única e exclusivamente a esta Comissão formada pelo Presidente da Casa, Deputados Hermas Brandão, para que encontrássemos exatamente um meio e a possibilidade de abriremos um diálogo e um canal de negociações entre os portuários e o governo do Estado. Felizmente, parece que isso aconteceu ontem à noite, e o Porto voltou a ser operado com a maior naturalidade, conforme as informações prestadas pela imprensa e também agora pelo Deputados José Maria Ferreira.

Outro assunto, senhores Deputados, que eu gostaria de abordar na Sessão de hoje, diz respeito à questão da segurança no Estado do Paraná.

Deputados Nelson Justus, na segunda-feira próxima passada, ou seja, anteontem, eu estava na tribuna e fazia um relato daquilo que havia acontecido na cidade de Cascavel, mais precisamente com a Associação Comercial daquele município e com a AMOP, que representa todos os municípios do Oeste do Estado e também com a presença do Secretário Delazari nessa reunião, quando ele assinou um livro de presença não com o seu nome, mas sendo como Roberto Carlos, cantor, Rio de Janeiro. Isso foi veementemente condenado pelos prefeitos do Oeste do Paraná. O prefeito de Cascavel, que já foi Deputados desta Casa, teceu as mais severas e duras críticas na

sua posse, que aconteceu na sexta-feira na cidade de Cascavel, classificando esse ato do Secretário da Segurança como ato infantil e irresponsável. No mesmo dia nós também fomos informados pelo Deputados Dobrandino, que é Presidente do PMDB no Estado do Paraná, dizendo que o Secretário havia assinado a ata, sim. O Deputados Elton Welter fez referência dizendo que o Secretário havia dado um autógrafo. Tudo isso aconteceu na segunda-feira.

Pois bem, senhores Deputados, vou trazer uma outra novidade para os senhores: esta semana o Secretário da Segurança Pública envia, Deputados Reni Pereira, um ofício para todos os prefeitos, acredito que para todos os prefeitos do Oeste, informando do episódio e do equívoco acontecido na Cidade de Cascavel. Ele envia um ofício de duas laudas para os prefeitos; eu tenho em mãos uma cópia. O Secretário da Segurança Pública inicia da seguinte forma: “Gabinete do Secretário, Ofício 452. Curitiba, 22 de março de 2004. Senhor prefeito, na semana passada estive em reunião com alguns prefeitos da região Sudoeste do Estado, todos integrantes da AMOP, a fim de discutir os problemas relacionados com a segurança pública”. E assim vai por diante o que tem acontecido.

A certa altura do ofício ele diz: “Outra prioridade da minha gestão é visitar as cidades do interior do Paraná para acompanhar de perto o trabalho policial e a implementação dessas realizações. Por isso, elaborei um cronograma de viagens. Por certo que Cascavel e outras cidades da região Sudoeste foram prioridade do meu roteiro, tanto pela importância geográfica e social, quanto pelos inúmeros problemas relacionados à minha pasta”.

E o ofício continua. Como estou no Grande Expediente, não quero cansar os senhores, mas achei importante fazer a leitura de alguns trechos desse ofício: “antes da reunião com a comunidade foi agendado um encontro com os prefeitos dos municípios que compõem a AMOP. Ao chegar ao recinto, sede da ACIC - Associação Comercial de Cascavel, fui questionado por uma senhorita que estava na entrada, mas não se identificou acerca de uma assinatura. Perguntei na ocasião se ela estava querendo o meu autógrafo, então. De desconcentração, ela retribuiu que sim. E eu lhe disse que assinaria com o meu nome artístico. Todos sabem que os assuntos acerca da Segurança Pública são estressantes e na maioria das vezes, de abordagem negativa. Por isso, sempre que posso, recorro à descontração como válvula de escape. Jamais, em momento algum me foi informado que eu deveria assinar tal livro como ato político do Governo para formalizar a reunião. Aliás, obviamente se tivesse essas informações prévias, jamais tomaria essa atitude. Quero informar que a reunião com os prefeitos foi bastante produtiva e objetiva, bastante séria, aliás, como todas as reuniões de trabalho que eu participo. Em momento algum tive a intenção de menosprezar ou tripudiar quem quer que seja e nem também, em momento algum, tive a intenção de denegrir qualquer imagem. De qualquer forma tenho percebido que alguns políticos principalmente de Oposição

têm feito manifestações negativas ampliando o fato para muito além da dimensão apresentada. A eles quero me dirigir informando que a Segurança Pública está mudando no Paraná e que o trabalho que faço é sério e honesto e que não são eles que vão atrapalhar estas mudanças com ataques desta dimensão e deste nível”.

Pois bem, senhor Presidente, senhores Deputados, esta é a carta ofício, alguns trechos eu fiz questão de ler para que ficasse registrado aqui nos Anais da Casa como o Secretário da Segurança Pública foi infeliz: primeiro, assinou o livro, no ato, com o nome de Roberto Carlos; segundo, quando ele manda ofício dizendo que o seu trabalho é sério e honesto. Ora, nunca duvidei da honestidade do Secretário; da seriedade devo duvidar, sim! Primeiro, porque não se brinca com assinatura, por mais distraído que estivesse o Secretário, por mais informal que fosse o seu contato com aquela menina a recepcionista que pegou a assinatura, nenhuma pessoa, senhores Deputados, assina um documento sem olhar o que está assinando! Então, vem o Secretário querer justificar o injustificável, vem o Secretário querer dizer que o livro que ele assinou é um livro de autógrafos! Lá estavam o nome dos prefeitos, ele colocou o nome de Roberto Carlos.

E o que é mais triste, senhores Deputados, o Secretário quis justificar dizendo que está levando a Secretaria com seriedade quando ele começa, no ofício, dizendo o seguinte: - “na semana passada tive reunião com alguns prefeitos da região Sudoeste do Paraná.” Ora, será que o Secretário não sabe que Oeste é Cascavel, que Pato Branco, Francisco Beltrão é Sudoeste? Ou será que o Secretário acha que Pato Branco e Francisco Beltrão pertencem a Santa Catarina? Ora, para quem é Secretário de Estado por duas oportunidades, num ofício que ele assina, troca Oeste por Sudoeste do Estado! Mas que brincadeira é esta, querer justificar o injustificável! Isso não é concebível!

Dizer que a Segurança do Paraná melhorou, o que é isso? O número de criminalidade aumenta significativamente na capital e no interior! Vamos pegar um pequeno município pertinho de Cascavel, uma cidade chamada Cafelândia. Cafelândia tem 10 mil habitantes, o que aconteceu há 14 dias passados? As duas filhas do Prefeito Romano foram assaltadas na mesma noite, roubaram dois carros na propriedade das filhas do Prefeito de Cafelândia. Na mesma noite, roubaram, também em Cafelândia, um carro de propriedade do Sr. Waldecir que é empregado da COPACOL. Na mesma noite entraram na propriedade do Sr. Bortolotto, e queriam roubar duas caminhonetes, não sei por que não conseguiram; deve ter trocado a chave e disparou o alarme. Cinco carros furtados numa cidade de 10 mil habitantes, numa noite!

Quando o Secretário esteve em Cascavel, na semana passada, na noite de sexta-feira, na casa da vereadora, lá em Cafelândia, da Ivete Paini que mora no interior, num distrito, entraram os marginais assaltando, queriam roubar uma caminhonete; ela tem duas caminhonetes.

Qual foi a surpresa dos assaltantes, quando estavam dentro da casa, e retorna para casa o filho da Vereadora Ivete. Quando ele entrou os marginais pegaram-no, meteram o revólver na cabeça: “- Cadê a chave do carro?” De um carro eles já tinham. - A chave está com o meu pai.” - “Então vai buscar.” E quando ele adentrou no quarto, o filho da Vereadora Ivete, o pai já ouviu o barulho e já sentido que alguma coisa esta acontecendo de anormal na sua residência, levantou-se com a arma em punho, abriu a porta. O marginal disparou contra ele. Felizmente não foi atingido. Atingiram o guarda-roupas. Para felicidade, o marido da vereadora disparou a arma e matou um assaltante; os outros fugiram.

Aí faço uma denúncia. No momento em que o cara estava morto, a vereadora pegou o seu celular e ligou para a delegacia. Chega o delegado e toca o celular do marginal morto. Ele atendeu o celular e acho que através deste telefonema dá para chegar àqueles marginais que tomam o Oeste de assalto e o Paraná inteiro. É com aquilo que o Secretário de Segurança, muitas vezes, está brincando.

### **O Sr. Plauto Miró Guimarães**

Deputados Elio, quero me somar ao seu pronunciamento.

Sinto que o Secretário de Segurança Pública trata da segurança pública do Estado do Paraná da mesma forma que ele tratou essa reunião dos prefeitos da sua região: uma brincadeira. É o Secretário Roberto Carlos!

Mas falando em segurança pública, quero aqui falar novamente, já falei várias vezes, mas ainda não tivemos a solução, temos a criminalidade na região dos Campos Gerais crescendo dia-a-dia. temos um presídio antigo que se chama Hidelbrando de Souza, superlotado, tem espaço para 120 detentos e tem mais de 200! A menos de mil metros de distância tem o presídio industrial, que foi construído pelo governo anterior, com uma capacidade de 435 vagas divididas em 3 alas de 141. O que acontece?

Até hoje o Governo do Estado do Paraná não tomou uma atitude para amenizar o problema de superlotação da cadeia de Ponta Grossa e dos municípios dos Campos Gerais. E está esse presídio, que foi construído com recursos de mais de 10 milhões de reais, exemplo, modelo para o Brasil, parado, parado em utilização.

Então, realmente o Secretário não está levando a sério a Segurança Pública, como não levou a sério a reunião dos prefeitos da sua região.

### **O Sr. Nelson Justus**

Deputados Elio, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, mas especialmente pelo momento tão especial que V. Exa. fala sobre esse assunto. Acho que a questão da segurança, tenho discutido aqui com alguns companheiros, não é tanto uma questão partidária e nem uma bandeira deste ou daquele Deputados. Acho sim, que a Assembléia, a Casa, tem uma responsabilidade muito grande, e que da mesma maneira tenta intermediar



questões desse escândalo, desse desastre que é o Porto de Paranaguá. A Assembléia deveria procurar intervir nessa questão da segurança, procurando criar mecanismos para que pudéssemos minorar uma parte do sofrimento em que vive o interior do Estado e a nossa Capital. Jamais a segurança do estado - digo isso com convicção e tenho certeza que os senhores concordam comigo - esteve nesta situação. O mesmo caso que V. Exa. conta aí de uma cidade de 10 mil habitantes, Piên, aqui ao lado um empresário ainda com um carro blindado. Em Curitiba, se vocês quiserem ser assaltados daqui a pouco, basta passar ali entre a Visconde de Guarapuava e a Silva Jardim: na saída há um plantão de assaltantes de relógios. Todo mundo sabe. O risco é você ser multado se parar na faixa vermelha, na faixa contínua. Mas jamais a segurança esteve nesta situação.

Então, não é uma questão partidária. Acho que esta Casa poderia tentar criar fóruns de debate, alguma coisa, para que nós, da mesma maneira que intervimos em outras situações, procurássemos também minorar essa situação.

Cumprimento-o pelo brilhante pronunciamento, acho que é exatamente oportuno. Caso contrário, que venha o Erasmo Carlos também para ajudar na nossa segurança.

**O SR. ELIO RUSCH**

Com aparte o Deputados Jocelito Canto.

**O Sr. Jocelito Canto**

Deputados Elio Rusch, ainda sobre o debate sobre o caso da Secretária, o caso da AMOP lá em Cascavel. Ontem conversei com o Prefeito Edgar Bueno e fiz questão de conversar também com Tânia, que é Secretária que estava com o livro e pegou a assinatura do Secretário Delazari. Em momento nenhum ela disse que pediu autógrafo ao Secretário. Então o Secretário de Estado está de brincadeira com o povo do Paraná, esta desrespeitando principalmente os prefeitos da AMOP, porque a Secretária que está lá há mais de 4 anos, é uma pessoa respeitada e que jamais pediria um autógrafo a um Secretário de Estado.

Quero reiterar aqui, que é pertinente a sua reclamação, que é uma falta de consideração o que fez o Secretário Delazari, e em vez de dar autógrafo e inventar essas coisas de novela lá em Cascavel, ele deveria cuidar da segurança pública do Paraná, porque nessa madrugada, às quatro e meia da manhã, os ladrões tiveram a capacidade de irem até Castrolanda, ali em Castro, onde levaram três caminhões vazios, assaltaram um fazendeiro, carregaram os três tratores e saíram às quatro e meia da manhã e sumiram no mundo. Levaram três tratores e três caminhões lá em Castro. Então essa é a segurança pública do Paraná. V. Exa. tem toda a razão, mas vamos fazer o quê?

Temos um Secretário que brinca de ser Secretário. Se ele pensa que é Roberto Carlos, Roberto Carlos não

conhece segurança, então tem que mudar! Tem que botar lá quem sabe o Chuck Noris ou quem sabe o Deputados Bradock, que é ligado à segurança, para botar ordem nessa segurança do Paraná.

**O SR. ELIO RUSCH**

Com certeza, se tivéssemos o Deputados Bradock na Secretaria de Segurança Pública, ao menos as coisas seriam levadas com muito mais seriedade. E nós conhecemos o profissional que é o Bradock e não podemos denegrir, em hipótese alguma, a imagem que temos dentro da política. Bons policiais civis, excelentes policiais militares, baluartes e corajosos. Agora, quem tem que dar o exemplo é o seu chefe maior, que é o Secretário. Citei, como exemplo, apenas a cidade de Cafelândia. Poderia falar de Nova Aurora, poderia falar de Palotina, poderia falar de Assis Chateaubriand e o Deputados Elton Welter, que é da região, conhece muito bem o número de assaltos que acontecem no dia-a-dia que passam nessa região. E o que é mais lamentável: que as lideranças do Oeste clamam e não conseguem entender de forma nenhuma, é que um Secretário de Segurança Pública quando vai para a região Oeste participar de uma reunião com a AMOP, que representa 50 mil municípios, brinque exatamente com o livro de presença.

Com aparte o Deputados Mário Bradock.

**O SR. DELEGADO BRADOCK**

Queria fazer minhas as vossas palavras e a do Deputados Nelson Justus, que segurança pública é assunto sério. Os crimes contra a vida têm aumentado diariamente. Basta pegar os jornais Tribuna do Paraná, Diário do Paraná e vemos que no Estado inteiro o mundo de crimes contra a vida, sem falar dos crimes contra o patrimônio, têm aumentado assustadoramente.

Mas, não se trata da falta de policiais competentes como V. Exa. bem o disse. Existem excelentes delegados, excelentes comandantes da PM, porém, as coisas não são tratadas como deveriam ser. Infelizmente, sou Presidente da Comissão de Segurança da Assembléia, mas não posso fazer nada. Aonde vou sou cobrado pela falta de delegado, pela falta de segurança. A vice-prefeita de Clevelândia, ontem esteve aqui se queixando que tem uma quadrilha no Sudoeste, encapuzados, que surraram até o policial militar.

Está difícil realmente, eu como Deputados da Base Aliada, sou do governo, sou peemedebista, mas não posso aceitar que pessoas brinquem de segurança. Segurança é coisa séria. O Secretário tem que estar na rua, trabalhando, e não fazendo shows por aí.

Quando eu era delegado, não dormia, mas me sentia feliz fazendo aquilo que estava fazendo. Quando a pessoa não tem amor naquilo que faz, é melhor tirar a camisa e ir embora. Segurança hoje no Paraná é uma das prioridades do Governador Roberto Requião, que tem que parar, pensar, analisar e tem que ter uma pessoa que ame aquilo que esteja fazendo, porque é a defesa da vida

de todos nós. Não dá mais para agüentar isso. Não adianta ficarmos preocupados com crime do colarinho branco, cor-de-rosa; o importante é aquele crime que está na porta de casa. O que interessa é o crime da hora. Aquele perto da sua casa.

Um alerta ao governador: pense melhor na segurança, pois as coisas estão indo mal!

Muito obrigado!

### **O Sr. Barbosa Neto**

Gostaria de parabenizar o Deputados Elio Rusch pelas colocações e concordar aqui quando se diz que o Secretário da Segurança Pública, Luiz Fernando Delezari está despreparado para assumir essa função tão importante. Aliás, o governador considerava esta Pasta tão importante, que cumpriu a promessa de campanha, fazendo as vezes - também no início do seu mandato - de Secretário da Segurança Pública do Paraná.

Agora, essa colocação do Secretário da Segurança demonstra, se não o desprezo pelo interior, mas no mínimo a ignorância em relação ao nosso Estado. Lamentavelmente temos que dizer isso aqui. Se ele quer desconstruir, se ele está aprendendo com o chefe a ser sarcástico, até é compreensível; mas ele precisa saber diferenciar uma solenidade pública, como foi a reunião da AMOP, de uma conversa de botequim.

Esse ofício que ele mandou para V. Exa. deveria ser, na verdade, um pedido de desculpas ao Prefeito Edgar Bueno e aos outros prefeitos, pessoas que se faziam presentes nessa reunião.

Só para se ter uma idéia, a única ação concreta de combate real à violência do Estado do Paraná saiu desta Casa através de projeto de lei assinado pelo Deputados Ratinho Júnior, a lei de desarmamento, porque tudo que foi colocado em prática, na Secretaria da Segurança, caiu por terra. O geoprocessamento que tem um nome muito bonito, mas que na prática não funciona. A substituição dos delegados "calças curtas" por sargentos é outro. Há um sério risco de entrarmos em colapso na questão da violência. Temos que ter a consciência de que esta desculpa de que a violência é um fenômeno mundial, caiu por terra também. São Paulo e Rio de Janeiro diminuíram o índice de violência, e aqui no Paraná, estamos quebrando tristes recordes.

Muito obrigado!

### **O Sr. Durval Amaral**

Quero, inicialmente, cumprimentá-lo pelo pronunciamento oportuno, porque a segurança pública aflige a todos nós paranaenses e é motivo de preocupação, como muito bem lembrou o Deputados Barbosa, haja vista que o próprio governador do Estado, cumprindo uma promessa de campanha, assumiu a Pasta da Segurança Pública e não conseguiu resolver o problema. O que nós conseguimos nesses quinze meses de governo, foi desestabilizar e desmoralizar a Polícia Civil e a Polícia Mili-

tar. Essas foram as ações concretas dos Secretários que ocuparam essa pasta, jogando todos numa vala comum.

Eu não vi nenhuma ação concreta da Secretaria da Segurança Pública em um processo de requalificação, de reciclagem, de incentivo aos policiais civis e militares. Em contrapartida, estamos vendo um despreparo total. Não que ser jovem implique em ser despreparado; conheço muitas pessoas jovens que são extremamente preparadas, como aqui os nossos Deputados Ratinho Júnior, Barbosa Neto e tantos outros Deputados que, apesar da pouca idade, têm experiência e maturidade. No caso da Secretaria, estamos vendo um despreparo total e, efetivamente, trata com brincadeira uma reunião de prefeitos que é uma coisa extremamente séria, porque trata da mesma forma, como colocou o Deputados Plauto, com pouca seriedade a Segurança Pública do Estado do Paraná.

Londrina, por exemplo, no ano passado, esta que é a terra da Deputada Elza e do Deputados Barbosa, coisa jamais vista na história de Londrina ou da região metropolitana, mais de duzentos homicídios no ano passado, sem esclarecimentos. Este ano, pasmem os senhores, são mais de cinquenta homicídios. Alguém poderia dizer que isso é inerente às grandes cidades, olha, eu estive recentemente viajando em algumas outras cidades do porte de Londrina ou de Maringá, como, por exemplo, locais muito mais pobres e miseráveis, como o Nordeste brasileiro, em que o índice de criminalidade, por exemplo em São Luís do Maranhão, é praticamente zero: na cidade de Natal, que é mais ou menos do porte de Maringá, praticamente zero e lá a pobreza esta às portas das pessoas, a miserabilidade mesmo das pessoas. Então, falta aqui, primeiro, uma ação concreta de moralização da Polícia Civil, da Polícia Militar, de estímulo ao policial sem nenhuma política de valorização e depois falta planejamento para o combate efetivo da criminalidade e da marginalidade neste Estado.

A promessa do governador foi de acabar com a criminalidade no Paraná e não temos visto isso em momento algum; pelo contrário, as estatísticas do Estado com relação à criminalidade, à marginalidade, aos assaltos, aos roubos de veículos, sumiram, ninguém consegue ter acesso, porque fazem igual às pessoas que querem esconder a sujeira varrendo para debaixo do tapete.

É assim que está agindo a Secretaria da Segurança Pública.

### **O Sr. Elton Carlos Welter**

Deputados, permite um aparte?

**(Assentimento)**

Escutando atentamente todos os apartes e o seu pronunciamento, quero dizer que muitas coisas foram feitas pela Segurança Pública do Paraná, inclusive uma Política Nacional de Segurança Pública: criou-se o SUSP - Sistema Único de Segurança Pública, para integrar as ações das polícias, que é quase como se fosse o SUS, da Saúde.

Muitos crimes estão sendo desvendados, inclusive o Ministro Márcio Tomaz Bastos informa que com essa integração das polícias pelos Estados têm avançado a investigação de alguns crimes. Aqui no Paraná, segundo informações da Secretaria, que peguei há uns dois meses, estão sendo treinados mil e duzentos homens para a Segurança Pública do Estado do Paraná, tem uma licitação para aquisição de aproximadamente setecentos veículos, acabou-se com os delegados “calça curta”, colocando sargentos e também acabou-se com as nomeações políticas de delegados. Sentimos que há uma disposição política no sentido de melhorar a Segurança Pública.

Se a estatística está aumentando, temos que avaliar e discutir, juntamente, para melhorar a política no Paraná como um todo.

#### **O Sr. Rafael Greca**

Deputados, permite um aparte?

**(Assentimento)**

Só quero dizer rapidamente que o Secretário falou. Se tivesse lido Napoleão, saberia que o Poder é aparência do Poder. Nunca podia ter assinado esse livro da maneira como assinou. Mas, o que o referenda, é a sua capacidade moral. Ele só poderia ser censurado se tivesse a acusação de corrupção. Nunca pode ser censurado só por protocolo.

#### **O SR. ELIO RUSCH**

Acho que temos que censurar, diante da ineficiência do Secretário, na questão da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Eu, como Deputados e como representante do Oeste do Paraná, não posso me calar diante de tamanha infantilidade praticada pelo nosso Secretário de Segurança Pública naquela reunião da AMOP. Não são palavras só deste Deputados. São palavras dos prefeitos e de todas as lideranças.

Deputados Rafael Greca, Deputados Barbosa Neto, o ofício ele mandou para todos os prefeitos, sim. Disse que é um trabalho sério e honesto. Eu disse que não duvidava da honestidade do Secretário, mas que duvidava da seriedade dele, porque disso eu duvido, porque ele até não conhece o Estado do Paraná. Troca o Oeste pelo Sudoeste, e fazendo um trabalho sério e honesto, como é que ele vai dizer que Cascavel fica no Sudoeste, por duas vezes?

Acabo de receber também uma informação, está aqui presente o Presidente da Câmara de Guaíra, o Vereador Leandro, que me informa que a Delegacia suporta lá 39 presos e que estão hoje 140 detentos naquele presídio.

Na verdade, é uma bomba com efeito retardado. Isso vai acontecer. Ao invés de brincar de Roberto Carlos, vamos não brincar, mas fazer mais presídios como se fez exatamente no passado. Ao invés de gastar dez, doze milhões, de construir o Oeste do Paraná, espero que não construam mais, um presídio federal para trazer o Fernandinho Beira-Mar para o Paraná, vamos construir presídios estaduais! Que possamos abrigar e condenar os

nossos presidiários. Não é concebível que o Secretário da Segurança Pública, junto com o Governador do Estado do Paraná, aceitem construir um presídio federal no Estado, e mais, na nossa região Oeste! Que lá se trabalha, lá se luta como em tantas regiões do Estado do Paraná.

Ele diz, na sua carta, que tem um bom trabalho para a região. Espero que esse bom trabalho não seja o presídio federal que traga para o nosso Estado.

Senhor Presidente, muito obrigado. Muito obrigado senhores Deputados. Com toda certeza esse será um assunto que deverá voltar à tona por muitas oportunidades.

Quero agradecer todos os Deputados que me apartearam, Deputados Nelson Justus, Durval Amaral, Barbosa Neto, Jocelito Canto, Bradock, Elton, Rafael Greca. Todos que participaram com os seus pronunciamentos e tenho certeza que essa manifestação chegará aos ouvidos não só do Secretário, mas principalmente aos ouvidos do Governador do Estado do Paraná.

#### **O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor Presidente, apenas para que fique registrado nos Anais desta Casa, a presença do prefeito da cidade de Itambé, nosso querido amigo Mario Furacine. Muito obrigado pela presença.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Fica registrada a visita do ilustre prefeito.

Horário das Lideranças: PTB, Deputados Jocelito Canto.

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Senhor Presidente, senhores Deputados.

Em nome da Liderança do PTB e em nosso nome pessoal, queremos tratar hoje aqui e pedir aos eminentes Deputados da CCJ que compareçam na sessão de terça-feira para que possamos fazer a sessão e aprovarmos o Projeto de Lei nº 41/2004 de autoria do Poder Executivo, que define os limites e fórmulas de cálculos para contribuições e que atinge inclusive o nosso Poder Legislativo.

Gostaria de pedir aos companheiros, àqueles que têm atribuições, têm visitas às Secretarias, que por favor mandem seus suplentes para que possamos fazer essa sessão, e possamos atender uma reivindicação tão justa de todos aqueles que fazem parte do nosso Parlamento.

E queria aproveitar a oportunidade, porque ontem discutimos aqui muito sobre os professores. Nós temos discutido aqui sobre todas as classes, mas precisamos discutir também sobre os nossos funcionários da Casa, os funcionários deste Parlamento que estão aqui e há muitos anos estão no aguardo de um Plano de Cargos e Salários que ainda não ocorreu. E falo isso pedindo à Direção desta Casa - porque nós tivemos a satisfação de votar no Presidente Hermas Brandão e nos demais membros desta Casa - que após votado esse Projeto de Lei nº 41/2004, como disse o Presidente a esta Casa quando recentemente

o indaguei, sobre o Plano de Cargos e Salários desta Assembléia.

Nós trabalhamos diariamente aqui, nós aprovamos salário de todo mundo, aumentamos o salário de todo mundo, mas fazemos de conta que os nossos funcionários, às vezes não estão do nosso lado. Gostaria de fazer esse pedido aqui para que possamos atender uma reivindicação antiga dos funcionários desta Casa, os funcionários do Parlamento do Estado que estão aqui há dez, quinze, vinte anos e estão com os salários defasados: os professores estão, os outros funcionários do Estado estão, mas os nossos funcionários também estão!

Então, quero aproveitar hoje o Horário do PTB, que é o Partido Trabalhista Brasileiro, para que seja o Horário do Partido dos Trabalhadores da Assembléia para que possamos colocar, e sabemos da boa vontade do senhor Presidente, para colocar em funcionamento o Plano de Cargos e Salários. Eu não tenho nada contra quem ganha bem! Não tenho nada contra se procurador ganha ou não ganha, se deu aumento ou não deu. Isso não me interessa! Mas, o que me interessa é que seja justo e que todos os funcionários desta Casa possam também ter o seu direito.

Estou fazendo esse pronunciamento aqui e não é para me promover como funcionário nenhum, não preciso disso, tenho lá minha base em Ponta Grossa, mas não agüento mais ver aqui, a todo instante, funcionários reclamando, funcionários com dificuldades e nós cuidamos da vida de todo mundo, mas deixamos de cuidar da vida daqueles que estão ao nosso lado, daqueles que nos socorrem, daqueles que nos acompanham, daqueles que estão aqui sendo o nosso “braço direito” no momento em que nós precisamos.

Senhor Presidente, Deputados Hermas Brandão, peço a V. Exa. que, no empenho que o senhor tem, que o Plano de Cargos e Salários dos funcionários desta Casa possa sair do papel; possa sair como está saindo o dos professores, possa sair como quer sair o cargo dos Secretários de Estado. Eu não voto aumento para Secretário nenhum, enquanto não se fizer o Plano de Cargos e Salários desta Casa e pediria aos Deputados aqui que fizessem o mesmo. Enquanto não se votar o Plano de Cargos e Salários dos nossos funcionários, nós não vamos também votar Plano de Cargos nenhum para Secretário nenhum, porque temos que cuidar dos de fora, mas temos que cuidar primeiro dos nossos, porque são eles que nos cuidam no dia-a-dia!

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo a V. Exa., esta Presidência, como toda a Mesa Executiva, tem uma responsabilidade enorme, e nós só vamos apresentar o Plano de Cargos e Salários, como vamos apresentar, na hora que tivermos condições de apresentar e cumprirmos o que vamos apresentar. V. Exa. pode ficar tranquilo! É um compromisso nosso! A minha palavra nunca faltou quando eu assumo

um compromisso. Neste mandato nosso vai ser implantado, o mais breve possível.

Então, peço a sua compreensão e a dos demais parlamentares, porque nós temos essa preocupação. Não há ninguém que tenha maior carinho com os funcionários desta Casa que a Presidência! Estou aqui há vinte e dois anos convivendo diariamente com todos eles. Nós estamos tomando algumas providências, mas quero deixar bem claro que o Plano de Cargos e Salários da Assembléia será para aqueles que realmente trabalham. Quem não trabalha, não será beneficiado.

Então, estamos tendo um cuidado todo especial e tenham certeza que aqueles funcionários que realmente se dedicam à Casa, e não é dedicar duas horas, vir aqui, colocar o paletó e ir embora, mas vai ter que cumprir horário para ter os benefícios que vamos dar a todos os nossos funcionários.

#### O SR. JOCELITO CANTO

Senhor Presidente, para encerrar, eu quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento que fez da Presidência desta Casa, e quero dizer que, dentro da responsabilidade que V. Exa. acaba de falar, eu também sou a favor que funcionários que trabalham duas horas nesta Casa - que não tenham que trabalhar seis - sejam dispensados, porque quem trabalha aqui tem que ter responsabilidade e a responsabilidade do nosso Parlamento é que todos trabalhem. E se tem alguém aqui que não está trabalhando, a Presidência tem que tomar as providências para fazer com que trabalhem ou se demitam essas pessoas, porque essa também é uma responsabilidade da Presidência.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PP; PSDB; PDT.

(Declinam)

PMDB. Com a palavra, a Deputada Elza Correia.

#### A SRA. ELZA CORREIA

Senhor Presidente, nobres companheiros e companheiras.

Ouvi com atenção as falas que me antecederam com relação à questão da Segurança e evidentemente que me somo ao Estado do Paraná, às pessoas que estão preocupadas com a questão da segurança no Estado.

Nós em Londrina, como é um xerox do que acontece no Estado, estamos vendo uma situação assustadora de aumento de homicídios, aumento de roubos, instabilidade, insegurança, violência desenfreada em todos os setores.

Mas eu tenho uma preocupação, embora concorde com a questão da violência que estamos vendo, até fui responsável em Londrina pela criação de um fórum permanente de discussão de segurança, reunindo mais de oitenta entidades para discutir permanentemente a questão de Londrina, da Segurança.

Eu fico prestando atenção e preocupada com algumas falas que eu ouvi aqui. Acho que reputar o caos que estamos vivendo ao Secretário Delazari, apenas a ele, também não me parece justo, não me parece correto. Todos nós sabemos que a questão da violência tem pai e mãe, não existe por acaso, tem fatores, indicadores que fazem com que ela aumente no nosso País, uma é a questão da corrupção desenfreada, deslavada e safada em todos os setores da vida pública neste País; a questão do tráfico de armas, do tráfico de drogas; o peculato, que é a má-utilização do dinheiro público; a impunidade, que é outro fator; a exclusão social.

Então, eu penso que quando nós levantamos essas questões e aqui não quero discutir a questão de assinatura ou não assinatura porque esse é um outro papo, estou discutindo o que é a questão, o que origina essa questão da violência e como devemos tratar isso, porque senão, me parece muito simplista, e dá a entender e o amanhã ou depois mudar o secretário a situação vai estar resolvida, que a questão é o Secretário Delazari.

Eu penso que não é bem assim, nós temos que fazer uma análise conjuntural deste País, uma análise mais profunda, porque quando assumimos o Governo haviam vários problemas na área de segurança também, o sistema penitenciário falido, que ninguém quer falar nisso; programa de privatização das penitenciárias, que era uma verdadeira vergonha; cabide de emprego dentro da polícia de todo jeito e de todo lado; troca de favores; clientelismo de todo lado e nós sabemos disso; cargos políticos aos montes, um verdadeiro loteamento do Estado em relação a essa questão; a corrupção correndo solta, tanto é que o Governador Roberto Requião já demitiu, mandou embora vários policiais corruptos. Evidentemente que existem os bons policiais e esses nós devemos tratar com dignidade, com compromisso, trabalhar na direção, dignificar a categoria. Agora, ignorar que existe a banda podre, também, na polícia, não é legal. Existem os bons policiais, o Bradock sabe disse, que é um expert na segurança, mas também existem os maus policiais, como existem os maus políticos, os maus médicos, engenheiros, jornalistas e por aí afora. Isso é inerente do ser humano, de melhorar cada vez mais esta questão no nosso País e trabalhar do ponto de vista da ética.

Então, me parece que, ao invés de estarmos aqui dia após dia desqualificando o Secretário Delazari, como se ele fosse o único responsável pela situação caótica que a Segurança do Estado está mergulhada, também não me parece legítimo, me parece um pouco de descuido da nossa parte. Penso que, ao invés disso, deveríamos chamar aqui o Secretário Delazari para ter uma conversa nesta Casa, prestar contas das suas ações, fazermos as críticas que tivermos que fazer, olho no olho, apresentar nossas sugestões, dizer-lhe das nossas insatisfações, que aliás, é isso que temos feito em Londrina; nós convocamos o Secretário Delazari, compareceu a uma grande audiência e foi sabatinado lá durante horas sobre a questão da Segurança. Insatisfeita com a Segurança eu

também estou, todos nós estamos mas não podemos perder de vista a dimensão do maior!

Neste sentido eu penso que nós temos vários problemas na área da Segurança, agora essa tese que nenhum secretário presta, que está tudo errado, que ninguém faz nada certo, colocando o Secretário Delazari como incompetente, isso foi uma das coisas que anotei, como irresponsável e outros adjetivos que foram colocados aqui, não me parece também um bom caminho, não me parece um caminho correto do ponto de vista do entendimento que temos que ter de fazer as críticas que tivemos que fazer, fazer os apontamentos que tivemos de fazer, mas sem a tentativa, sistemática, de desqualificar as pessoas, sem perder de vista por que é que existe violência no País.

Existe a violência porque, durante décadas, eu diria durante séculos, este País virou as costas absolutamente para a questão da Segurança. E não é só uma questão de construir presídios, não é só isso! Do que vai adiantar construir presídios para acomodar os presos que cada vez mais, dentro de um problema de exclusão social que nós vivemos, aumentarão!

Paralelo a isso precisamos prestar atenção também nas políticas públicas, nas políticas de inclusão na área da educação, na área da saúde, na área da habitação, do meio ambiente, de vários outros setores indicadores de promoção social e garantias da cidadania e direitos humanos, porque aí, sim, nós estaremos apontando na direção de melhorar a Segurança no nosso Estado e no nosso País!

Não é só dizer: - “Vamos trocar o secretário, porque é um menino, é incompetente e se mudar o secretário vai resolver o problema.”

Coloco isso não porque sou da base de apoio ao Governo, porque sou do PMDB, mas colocou isso com a preocupação que desta forma não estamos caminhando na direção de melhorar os problemas, mas, de piorá-los!

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário da Liderança da Oposição, concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados.

Ainda sobre a polêmica do Porto de Paranaguá, que apesar de alguns navios, pelo que eu vi na televisão hoje e pela imprensa, um navio de farelo, um navio de congelados e o outro navio de milho estarem sendo carregados, os prejuízos para a economia do Paraná, como disse aqui o Deputado Plauto, são imensos.

Eu ouvia atentamente, hoje às 7 horas da manhã, um consultor técnico da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, totalmente imparcial, porque a Federação obviamente fala em defesa dos produtores rurais do Paraná, dar na Rede Globo, no Bom Dia Paraná uma aula de problemas graves que afetam o Porto de Paranaguá. Depois, ao meio-dia vi no Jornal do Meio-Dia também o

Governador falando e ontem ouvi um comunicado oficial do Governo dizendo que o que queriam é privatizar o Porto de Paranaguá, o que efetivamente não é verdade. Não é verdade, em hipóteses alguma. Por quê? O próprio Governo Lula, o Governo do PT, deste Partido tão combativo a nível nacional e sempre faço questão de ressaltar, está aprovando um projeto de lei no Congresso Nacional propondo a parceria público - privada. E aliás, matéria semelhante já tramita na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul pelo seu Governador; em Santa Catarina, pelo seu Governador. E aqui parece que a parceria público-privada está proibida na contra-mão da história, na contra-mão da realidade brasileira. Por que o Porto está neste caos? Está neste caos, Deputados Anibelli, pela pura incompetência! Não estamos lá com as ratazanas por obra do acaso! O Porto tem dinheiro? O Porto tem e tinha dinheiro quando o atual Governador assumiu!

Tenho, aqui, os demonstrativos da receita e da despesa do Porto de Paranaguá assinado e publicado no dia 27 de fevereiro de 2004. Por exemplo: só num fundo, no PROPORT, antigo FUNPORT, a receita de 2003 e 2004 somam, inclusive o mês de janeiro de 2004, 11 milhões 396 mil 619 reais e 46 centavos. Esse PROPORT serve para que? Para equipamentos portuários de uso comum.

Deputados Elio Rusch, a receita é de 11 milhões 396 mil. Sabe quanto foi a despesa no ano de 2003 com recursos que estão lá disponíveis? Zero! Zero por cento de investimento em equipamentos para uso comum do Porto de Paranaguá. Pois bem, continuando, o demonstrativo de receitas e despesas do Porto de Paranaguá, tão bem administrado, como acalenta o governo aos quatro cantos. PROMAR, antigo FUNMAR, destina os recursos para a dragagem, saldo anterior acumulado 25 milhões, arrecadação de Paranaguá, 1 milhão 219. E assim vai. Total de janeiro a janeiro de 2004, 26 milhões 667 mil 693 reais e 12 centavos.

Deputados Nelson Justus, sabe quanto foi o investimento em 14 meses em dragagem do Porto de Paranaguá, pela competente administração que lá está? Zero! Nenhum centavo! Vou mais além. Demonstrativos de receita e despesa no antigo FUNSILO, a receita foi para silos e moega, manutenção, conservação e investimentos, a receita foi de 11 milhões, 890 mil, 852 reais e 97 centavos. A competente administração que lá está gastou sabe quanto em despesa com silos e moega? Zero. Zero de janeiro de 2003 a janeiro de 2004. É lamentável o estado calamitoso do Porto de Paranaguá pela incompetência, porque não venham aqui me dizer que fazer resultado financeiro com aplicações financeiras deixando o cais virar um caos seja uma boa habilidade administrativa. É lamentável! E acabo de receber um comunicado de Brasília dizendo o seguinte: "A comitiva de integrantes do movimento que apóia a manifestação em Paranaguá está em Brasília e esteve agora em audiência com o Ministro dos Transportes - Alfredo Nascimento, que determinou a formação de uma comissão para acom-

panhar, de perto, a situação em Paranaguá. A Comissão integrada pelo diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Carlos Alberto Nóbrega, pelo Diretor dos Portos do Ministério dos Transportes - Paulo de Tarso e pela Deputada Telma de Souza, do PT de São Paulo e Presidente da Comissão de Portos da Câmara Federal, deve chegar a Paranaguá amanhã. Serão feitas vistorias e um relatório das ocorrências que serão avaliadas como última medida para evitar uma intervenção. E o nosso senador da República, sempre lúcido e presente Osmar Dias, pediu a interferência do Governo Federal para resolver esse impasse que tanto prejuízo tem trazido, principalmente, para o agronegócio paranaense.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputados Natálio Stica.

#### O SR. NATÁLIO STICA

Quero deixar o Deputados Durval Amaral que está bastante preocupado, aliás, seu papel como Deputados é esse mesmo, é o nosso papel. O Porto público é uma das riquezas do Estado do Paraná e do Brasil, e V. Exa. tem toda razão com sua preocupação.

Mas, quero deixá-lo mais tranqüilo, dizendo que conversei com o Governador Requião na noite de ontem, quando ele me posicionava o fim da reunião que acabou num acordo para o fim da greve que se deu no dia de hoje. E é claro que temos alguns erros, sim, na direção do Porto. Declarava isso há pouco na CBN, numa entrevista, onde dizia que, como seres humanos, somos passivos de erros. Agora, os erros, felizmente, são bem menores do que os acertos que estão sendo feitos lá no Porto de Paranaguá.

Temos erros, como, por exemplo, a parada do programa de desratização que foi feito por um período. Às vezes quer-se atacar o carrapato e acaba matando a vaca. O contrato, me parece, era um contrato muito além do valor normal, isso foi o que veio até mim. Mas, nós temos que, ao cortar um contrato mal feito, procurar de imediato fazer um bom contrato. E vai ser feito na sequência. A questão das dragagens ali no Porto, havia um contrato de dragas cobrando um valor absurdo, o equivalente a quatro dólares o metro cúbico de areia. Se fizermos o cálculo de quanto de areia é retirado do Canal da Galheta, talvez sugue, inclusive, o Estado do Paraná, pelos valores. Mas, de imediato, tem que fazer com que se solucione esse problema. Estão fazendo acompanhamento com um ecobatímetro para analisar o calado do Canal e que ainda está sob controle. Mas tem que muito, muito rapidamente, começar o serviço de dragagem. Agora, a solução para isso é a compra de uma draga que está sendo feita pelo Estado do Paraná e que com 3 meses de contrato que estava sendo feito para a prestação de serviço, paga-se a draga. E aí vamos ter o custo de manutenção que, com

certeza, vai ser muitas vezes mais barato do que se paga hoje.

Portanto, uma assertiva do Governador Requião, mas que tem que ser dado o encaminhamento com a máxima brevidade. Quando se fala que o navio tem que esperar a maré alta para sair, é verdade, sempre foi assim. Há navios que têm que esperar a maré alta, que varia em mais de um metro e meio, para que os navios de grande porte saiam do Porto. Mas isto é pelo calado natural. E se fizer uma dragagem embaixo do berço que estão falando, simplesmente vai afundar o berço que lá recebe os navios e as cargas. Então, tem que conhecer tecnicamente para falar primeiro da dragagem do Porto. A dragagem tem que ser feita no canal que, infelizmente, tem que ter acompanhamento permanente e já estão sendo tomadas as providências para que isso aconteça.

Portanto, quero dizer que começamos a voltar à tranquilidade naquele Porto, com o fim da greve. Diga-se de passagem, greve esta, e falo aqui com a condição de quem fez muitas greves neste Estado e neste País, conheço um pouco dessa história de greves, feitas sim, pelos maiores interessados em manter a situação como estava no Porto, que são os operadores do Porto. E o Governador disse-me e vai fazer o Porto público. Tem que ser e vai ser um Porto público, que tenha condições de trabalhar, e mostrando que o serviço público pode e deve ser sério e ético.

Não tenho dúvida nenhuma, o Porto de Paranaguá vai ter o seu encaminhamento, os erros que ainda são menores que os acertos, serão corrigidos. E teremos a tranquilidade naquele Porto.

Concedo um aparte ao Deputados Durval Amaral.

#### **O Sr. Durval Amaral**

Deputados Natálio Stica, acompanho atentamente o seu pronunciamento. Com relação à questão da dragagem, não sei se ela foi feita com recurso do Governo Federal, sei que o problema está lá. Mas sei que este Governo tem uma máxima que todos os contratos estão sob suspeita, devem ser paralisados.

Temos aqui para Curitiba, do ParanáSan, mais de 200 milhões de reais, que também mandou paralisar. Faz 449 dias que os recursos estão disponíveis e o Governo, no afã de querer moralizar tudo sobre o pressuposto que tudo está errado, pára! No afã de querer fazer uma nova licitação, certamente mais competente presidida pelo superintendente do Porto, pára-se a dragagem, e todos sabemos as consequências danosas para a economia do Paraná.

Se existem irregularidades, temos que tomar as providências legais, que aliás o nosso Governador é especialista nisso, um bom defensor da moralidade pública. Digno de apoio e de aplausos por todos nós. mas não pode uma ação do governo causar prejuízos tão enormes para a sociedade, no caso do agronegócio, no caso do ParanáSan. E o nosso futuro prefeito vai levar um ônus na questão de saneamento. E tem que usar agora, senão

vai perder o dinheiro, porque são recursos que têm que ser aplicados até 31 de dezembro deste ano.

Muito obrigado!

#### **O SR. NATÁLIO STICA**

Concluo dizendo que a marca do Governador Roberto Requião realmente é essa mesmo, é a austeridade. Se ele tem suspeita em clima de qualquer contrato, ele pára, até que se defina onde e como é investido. Não deixa fazer farra com o dinheiro público, seja ele de cunho estadual ou federal.

O Porto de Paranaguá, na questão da dragagem, não tivemos nenhum atraso por conta da paralisação. Esperamos lá no Porto a tranquilidade, mas sempre com seriedade e ética.

Muito obrigado!

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### **ORDEM DO DIA:**

com a presença de 53 senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Deputados Elton Carlos Welter, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando seu nome como titular e o Deputados André Vargas como suplente, para compor a CPI do Porto de Paranaguá. **À Diretoria Legislativa.**

Expediente subscrito pelo Deputados Ratinho Júnior, na qualidade de vice-Líder do PPS, constante do expediente, indicando o Deputados Waldir Leite e o seu próprio nome na qualidade de titular suplente respectivamente, na CPI do Porto de Paranaguá. **À Diretoria Legislativa.**

Expediente subscrito pelo Deputados Nelson Tureck, na qualidade de vice-Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o Deputados Valdir Rossoni como titular e o Deputados Francisco Bühner como suplente na CPI do Porto de Paranaguá. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputados Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputados Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputados Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputados Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Solicito ao Deputados Bradock a leitura da Ata de instalação da CPI sobre os Problemas Fundiários do Estado do Paraná.

## O SR. DELEGADO BRADOCK

(Lê):

“COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
REFORMA AGRÁRIA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e três dias do mês de março do ano e dois mil e quatro, no gabinete da Primeira Vice-Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta Comissão, com o fim específico de instalar a Comissão e eleger o Presidente e vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputados Natálio Stica, vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Elio Lino Rusch e José Maria Ferreira para Presidente e vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputados Elio Lino Rusch agradeceu a especial deferência de seus nobres pares e indicou o Deputados Delegado Bradock para o cargo de relator da CPI. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Wilson Penka, secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - vice-Presidente

NATÁLIO STICA - 1º Vice-Presidente

## Membros:

Vanderlei Iensen, Marcos Isfer, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Ailton Araújo, Luiz Fernando Ribas Carli, Nelson Garcia, Ademir Bier, Padre Paulo Campos, Elton Carlos Welter, Renato Gaúcho, André Vargas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aproveito para solicitar ao nobre Deputados Natálio Stica, 1º vice-Presidente da Casa, para que faça a instalação, na próxima segunda-feira, da CPI do Porto, cujos membros que irão compor a CPI já foram indicados pelos Partidos políticos.

Quero também informar aos senhores parlamentares que amanhã haverá uma Sessão Solene às 16h00min por solicitação do Deputados Geraldo Cartário, quando será apresentada a Lei nº 14.274 de 24 de dezembro de 2003, que trata da reserva de cota de 10% em concursos públicos aos afro-descendentes, negros e pardos. A Sessão será presidida pelo nobre Deputados Natálio Stica.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores Deputados.

**ITEM 01**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 027/2004, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 489/2003, de autoria do Deputados Marcos Isfer, que concede isenção aos Oficiais de Justiça no pagamento de taxas, tarifas e preços públicos de estacionamento localizados nos bens públicos de uso comum do povo, pedágio, transporte coletivo, balsas e similares, e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 012/29004

Curitiba, 09 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 413/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 489/2003, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo, que os Oficiais de Justiça, quando no exercício de suas funções dentro do Estado do Paraná, ficam autorizados a estacionarem gratuitamente seus veículos “em todos os logradouros em que seja exigida cobrança” e que “têm livre trânsito, independente de pagamento de taxas, tarifas e preços públicos, existentes ou que venham a ser criados, podendo-se utilizar gratuitamente das empresas de transporte coletivo regular, balsas e similares. “Prevê, ainda, que terão passe livre nas rodovias pedagiadas no Estado do Paraná.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de inconstitucionalidade apontada pela Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer nº 42/2004, demonstrando que a medida contém matéria cujo início do processo legislativo é de competência do Tribunal de Justiça (direitos e vantagens aos oficiais de justiça) e que, portanto, desobedece o artigo 101, da Carta Estadual, além de invadir área de competência dos Municípios e do Estado pela conseqüente redução de receita que ocasionaria, caso adotada.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 489/2003, encontra-se publicado no DA nº 116/2003, de 11/12/2003).**

PROPOSIÇÃO-VETO Nº 27/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 489/2003, de autoria do Deputados Marcos Valente Isfer, objeto de veto do Governador



dor, visa conceder isenção aos Oficiais de Justiça no pagamento de taxas, tarifas e preços públicos de estacionamento localizados nos bens públicos de uso comum do povo, pedágios, transporte coletivos, balsas e similares, e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

**Em votação.**

Solicito ao 1º secretário a chamada dos senhores Deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Delegado Bradock**)

**(Procede à Chamada Nominal para votação)**

Trinta e oito Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos Deputados Ademr Bier, Ratinho Júnior e Nelson Tureck para fazer a contagem dos votos.

Lembro aos senhores Parlamentares, para ser derubado o veto há necessidade de vinte e oito votos favoráveis que é com NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Delegado Bradock**)

Nove votos NÃO; vinte e nove votos SIM; e um em branco.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Tivemos a favor do projeto nove votos; a favor do veto, vinte e nove votos, e em branco, um.

**Está mantido o veto.**

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 011/2003, de autoria do Deputados Geraldo Cartório, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Comercial e Industrial de Ribeirão de Pinhal, o imóvel que especifica. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 001/2003, de 18/02/2003).**

## ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 690/2003, de autoria do Deputados Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Roncador - ASRR-PR, com sede em Roncador e foro no município de Campo Mourão. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 690/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Roncador, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data e sua publicação.

Sala das Comissões, em 17.03.2004.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

## ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 727/2003, de autoria do Deputados Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhal de São Bento, com sede em Pinhal de São Bento e foro no município de Santo Antônio do Sudoeste. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 727/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhal de São Bento, com sede no município de Pinhal de São Bento e foro no município de Santo Antônio do Sudoeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data e sua publicação.

Sala das Comissões, em 17.03.2004.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

## ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 506/2003, de autoria do Deputados Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública a Associação das Primeiras Damas do Noroeste do Paraná, com sede e foro no município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 068/2003, de 03/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 506/2003

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputados Doutor Luciano, declara de Utilidade Pública a Associação das Primeiras Damas do Noroeste do Paraná, com sede e foro no município de Paranavaí.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA- Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

## ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 639/2003, de autoria do Deputados Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública o Instituto Internacional de Prevenção às Drogas, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 086/2003, de 22/10/2003).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 639/2003

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputados Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública o Instituto Internacional de Prevenção às Drogas, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA- Presidente  
JOCELITO CANTO - Relator

## ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 640/2003, de autoria do Deputados Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a manutenção de desfibriladores automáticos externos (DAE) em locais que especifica e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAIC E CSP. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2003, de 22/10/2003).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 640/2003

#### P A R E C E R :

A proposta de lei em exame é de autoria do Deputados Pastor Edson Praczyk, e objetiva disciplinar que os estabelecimentos e locais públicos e privados de grande concentração de pessoas, deverão ter pessoal treinado em suporte básico de vida, além de adquirirem, no mínimo, um desfibrilador automático externo (DAE), mantendo-o disponível para o uso das pessoas que por ali transitam, para o caso da ocorrência de uma parada cardíaca.

Importante é tecer comentário sobre a exequibilidade da proposta, que impõe um mandamento a todas as empresas, estabelecimentos e a todos os responsáveis por locais públicos e privados que concentrem mais de mil pessoas, obrigando a manter um equipamento de custo elevado para os padrões brasileiros, além de obrigar a manutenção de um técnico em suporte básico de vida.

No nosso entendimento a proposta possui mérito, iniciativa que louvamos, em virtude da grande ocorrência de paradas cardíaco-respiratórias em locais de concentração humana. Uma medida dessa natureza, quando adquire o respeito e o devido atendimento por parte do Estado, com certeza modifica todo o contexto das realizações de eventos que concentram público, como também a conduta dos shoppings-centers e outros estabelecimentos congêneres, que se motivarão a manter permanentemente a unidade de salvamento móvel disponível aos seus usuários.

Mas questionamos como ficam os estádios de futebol que disputam partidas da 4ª divisão metropolitana, que reúnem, da mesma forma que os estabelecimentos de grande porte, número elevado de público, como ficam as festas das igrejas nos finais de semana nos mais diversos rincões do Paraná? Deverão estes eventos também manter um desfibrilador e um profissional técnico em suporte emergencial de vida?

Questionamos se não seria melhor os Municípios e o Estado, assumirem suas obrigações de manterem a saúde, atuando nas emergências médicas, mantendo pessoal qualificado, servidores públicos que recebem suas remunerações advindas dos impostos já pagos pelo contribuinte, atuando em todos os locais onde haja concentração elevada de pessoas. Com devido respeito à proposta em epígrafe, este é o pensamento deste relator, pois não devemos transferir à atividade privada uma obrigação que é do Estado (*lato sensu*), mas esta é uma consideração de cunho meritório, e este espaço de Constituição e Justiça não é a tribuna competente para discussão sobre a oportunidade, exequibilidade e mérito.

No que concerne a constitucionalidade da proposição, temos a informar que mesmo tratando-se, a princípio, de matéria de interesse local dos Municípios, na forma apregoada pelo inciso I, do artigo 17, da Constituição do Estado, não há vício de origem, inexistindo agressão à competência legislativa municipal, pois no nosso entendimento, trata-se de matéria concorrente, cabendo ao âmbito estadual impor regras gerais para adequação unânime em todos os municípios, não criando ônus nem atividades para execução por parte das unidades estaduais, nem mesmo quanto à fiscalização do atendimento dos mandamentos impostos. Neste ponto em questão é que a proposta sofre de vício de inconstitucionalidade, pois atribui a fiscalização ao Poder Executivo Estadual, criando uma atividade e uma atribuição, colidindo com o que determina o inciso IV, do artigo 66, da Constituição Estadual, *in verbis*:

“Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - ...

II - ..

III - ...

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.”

Como medida saneadora do vício acima mencionado, opinamos pela supressão integral do texto do artigo 4º, que impõe ao Poder Executivo a missão de fiscalização e regulamentação, além do dever estabelecer sanções aos que descumprirem a norma proposta, devendo a intenção legislativa ser expressa através da seguinte redação:

“Art. - Os estabelecimentos públicos ou privados atingidos por esta norma, deverão adequar-se aos mandamentos impostos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta lei.

Parágrafo Único - Na hipótese de descumprimento desta lei, poderá o Poder Público Estadual ou Municipal, manifestando-se no âmbito de sua competência, cassar a autorização de funcionamento do estabelecimento infrator.”

Portanto, cumprindo obrigação imposta pelo parágrafo 2º, do artigo 33, do Regimento Interno desta Casa de Leis, no que tange a legalidade, regimentalidade e constitucionalidade, manifestamos nosso parecer favorável à proposição, nada encontrando que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, desde que sanados os vícios retro expostos na forma da emenda substitutiva geral que apresentamos em apenso.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DOUTOR LUCIANO - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 640/2003

Art. 1º - Ficam obrigados os estabelecimentos públicos ou privados e os eventos de grande concentração de pessoas a manterem permanentemente em local de fácil acesso, um aparelho desfibrilador automático externo (DAE), e uma pessoa qualificada a ofertar suporte básico de vida e manuseio técnico do referido aparelho, a fim de possibilitarem atendimento emergencial na ocorrência de parada cardíaca, de acordo com as normas do Comitê Nacional de Ressuscitação Cárdio-Pulmonar.

Art. 2º - Para efeitos desta lei, considera-se estabelecimentos públicos ou privados de grande concentração e circulação de pessoas os seguintes:

I - os aeroportos;

II - os shoppings-centers;

III - os hipermercados;

IV - os estádios de futebol e ginásios de esportes com capacidade superior a 1000 (mil) pessoas;

V - as instituições de ensino superior;

VI - os clubes sociais e esportivos ou academias de ginástica com concentração ou circulação superior a 1000 (mil) pessoas por dia;

VII - os centros de eventos e exposições com concentração ou circulação superior a 1000 (mil) pessoas/dia;

VIII - as igrejas, templos religiosos, assembleias de cultos, etc.

IX - os teatros, casas de espetáculo, cinemas, com concentração ou circulação superior a 1000 (mil) pessoas.

Art. 3º - Os estabelecimentos públicos ou privados atingidos por esta norma, deverão adequar-se aos mandamentos impostos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta lei.

Parágrafo Único - Na hipótese de descumprimento desta lei, poderá o Poder Público Estadual ou Municipal, manifestando-se no âmbito de sua competência, cassar a autorização de funcionamento do estabelecimento infrator.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DOUTOR LUCIANO - Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 640/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, visa dispor sobre a manutenção de desfibriladores automáticos externos em determinados locais.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, e após obter parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.12.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 640/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, dispõe sobre a manutenção de des-

fibriladores automáticos externos (DAE) em locais que especifica e dá outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou substitutivo geral ao projeto de lei em análise, por entender que o mesmo padece do vício de inconstitucionalidade, tendo em vista que a matéria, conforme foi proposta, é de iniciativa da Câmara Municipal, por tratar-se de interesse local.

Ao adentrarmos no mérito, observamos que a proposta é de elogiável mérito, tendo em vista os inúmeros casos de paradas cardíaco-respiratórias em locais de concentração humana.

Diante do exposto, a Comissão de Saúde Pública apresenta parecer favorável ao presente projeto de lei na forma do Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 22.03.2004.

(aa) DOUTOR LUCIANO - Presidente

PADRE PAULO CAMPOS - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 732/2003, de autoria do Deputados André Vargas, que declara de Utilidade Pública a Instituição Adé Findan (Homem de Fino Trato) - Casa de Vivência Saara Santana, com sede em Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 108/2003, de 09/12/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 732/2003

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputados André Vargas, declara de Utilidade Pública a Instituição Adé Findan (Homem de Fino Trato) - Casa de Vivência Saara Santana, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

#### ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 737/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação Saudadense dos Idosos - ASI - entidade de caráter cívico, filantrópico e beneficente, sem fins lucrativos, com sede no município de Saudade do Iguaçu e foro no município de Chopinzinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 111/2003, de 10/12/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 737/2003

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria da deputada Luciana Rafagnin, declara de Utilidade Pública a Associação Saudadense dos Idosos, com sede no município de Saudade do Iguaçu e foro no município de Chopinzinho.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

#### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 028/2004, de autoria do Deputados Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Vila Real, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 005/2004, de 01/03/2004).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 028/2004

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputados Natálio Stica, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Vila Real, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

#### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/2004, de autoria do Deputados Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Professores Cegos do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 006/2004, de 02/03/2004).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 035/2004

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputados Neivo Beraldin, declara de Utilidade Pública a Associação dos Professores Cegos do Paraná, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA- Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/2004, de autoria do Deputados Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Farol, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ no DA nº 010/2004, de 08/03/2004).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROJETO DE LEI Nº 048/2004

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputados Ângelo Vanhoni, declara de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Farol, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA- Presidente

JOCELITO CANTO - Relator

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 371 e 389, de autoria do Deputados Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 373, de autoria do Deputados Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 374, de autoria do Deputados Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 375 e 376, de autoria do Deputados Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 377, de autoria do Deputados Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 378, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 381, de autoria do Deputados Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 382 a 384, de autoria do Deputados Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 386, de autoria do Deputados Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 387, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento dos Deputados Barbosa Neto, Jocelito Canto, Reni Pereira, Ratinho Júnior e Doutor Luciano, já com sua discussão adiada: “requer envio de expediente ao senhor Governador do Estado”.

#### O SR. NATÁLIO STICA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, nós vamos pedir o voto contrário a esse requerimento pelos motivos já explicados no dia de ontem e que, pedido no mesmo sentido em relação à denúncia aqui feita, foi encaminhado no dia de ontem por esta Casa com o apoio, inclusive, de votos dos Deputados da Base do governo para o Ministério Público, que é quem deve analisar as denúncias.

Portanto, pedimos voto contrário a esse requerimento.

#### O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, eu lamento que um governo que se diz tão transparente, um governo que se diz tão democrático, um governo que diz que não tem nada a temer, não queira responder exatamente um requerimento da Bancada Independente que só quer que o Governador diga a esta Casa se pediu ou não pediu ao prefeito de Paranaguá, Mário Roque, a respeito de uma piscina colocada na Ilha das Cobras. Já sabemos que o prefeito esteve no Palácio ontem, e parece que já andou se acertando com o Governador.

Eu acho importante que o Governador responda a esta Casa, e isso não custa nada, só para dizer se pediu ou não pediu, é um direito que cabe a essa Bancada Independente de fazer tal solicitação. Lamentamos que a Situação de hoje, Oposição de ontem, que reclamava que não se aprovavam requerimentos, use agora o mesmo peso para não aprovar esse requerimento. Eu lamento, pois o referido pedido vem embasado por um militante do Partido dos Trabalhadores, o Partido que sempre condenou esse tipo de atitude nesta Casa, vem embasado pelo PMDB, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro que sempre se Portou contra esse tipo de atitude no mandato anterior.

Quero registrar que se os companheiros do PMDB e do PT votarem contra, estarão exatamente fazendo o

contrário daquilo que eles condenavam lá atrás e a vida inteira.

Que venha a votação, senhor Presidente!

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, as críticas foram tamanhas ontem, e hoje eu fui saber, fiz uma visita ao Governador, sobre esse caso das chamadas piscinas. Isso não foi colocado em uma propriedade do Governador, foi colocado no patrimônio do Governo do Estado do Paraná e quem tem que explicar isso é a pessoa que fez a doação.

Portanto, esse requerimento deve ser indicado ao prefeito de Paranaguá que foi quem doou isso, e saber com que recurso ele fez. As piscinas estão no patrimônio do Governo do Estado do Paraná e quem for Governador vai usar isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO

Verificação de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vai se proceder à verificação de votação.

Seis Deputados aprovam.

Rejeitam: quinze Deputados.

O SR. JOCELITO CANTO (**Justificativa de Voto**)

Senhor Presidente, parabéns aos comunistas de ontem, aos petistas de ontem, aos pefelistas de hoje. Parabéns aos democratas de ontem, aos de hoje, sei lá se fascistas, qualquer coisa, parabéns a vocês.

Vocês estão de parabéns. Só falta cavalo voar nessa Assembléia, porque os Deputados não querem que o Governador responda se pediu uma piscina ao prefeito... que barbaridade!

O SR. NATÁLIO STICA (**Questão de Ordem**)

Senhor Presidente, gostaria que o Deputados se mantivesse no regimento fazendo a justificativa de voto, e não atacando os que votaram contrário à sua posição.

O SR. RAFAEL GRECA (**Justificativa de Voto**)

Senhor Presidente, a residência oficial da Ilha das Cobras é uma casa de representação do Paraná e recebeu, de presente, do prefeito Mário Roque, um destes tanques de poliéster, no valor de cinco mil reais, que está longe de ser uma piscina. Na verdade é um reservatório de água que pode servir para armazenar peixes, caragueijos, pode servir para um banho de assento, para um lava-pés. Agora foi dada de presente ao senhor Governador pelo Prefeito de Paranaguá. Presente não se rejeita, seria indelicadeza do Governador não aceitar um presente do prefeito municipal da cidade mais antiga do Paraná.

Agora não tem cabimento um pedido de informações neste sentido, se querem mandar ao Ministério

Público e ocupar o Ministério Público com uma investigação de cinco mil reais, a Liderança do Governo já fez isso.

Me parece que há coisas muito mais sérias para serem investigadas no Paraná, por exemplo, a draga mencionada aqui pelo Líder do Governo, a quatro dólares o metro cúbico, aliás, draga posta sobre o mar, no Canal da Galeta, em tempo de eleição e de eleição passada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero alertar os senhores Deputados que não houve quórum para rejeitar ou aprovar o requerimento.

O requerimento estará na pauta de segunda-feira.

Nestas condições declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Solene de apresentação da Lei nº 14274, de 24 de dezembro de 2003, para quinta-feira, dia 25, às 16:00 horas, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Anibal Khury.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - Projetos de Lei nºs 423 e 625/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 506, 639, 640, 732 e 737/2003; 028, 035 e 048/2004.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2003.

Levanta-se a Sessão.

### Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PAUTA 30/03/2004

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

RELAÇÃO DOS PROJETOS E  
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 231/2003. Autores: Deputados Reni Pereira, Dobrandino da Silva e Francisco Bühner, que institui a Região Metropolitana de Foz do Iguaçu. **Relator: Deputados José Maria Ferreira. Designado em 05.11.2003. Vistas ao Deputados Vanderlei Iensen, em 24.11.2003.**

Projeto de Lei nº 235/2003. Autor: Deputados Duílio Genari, que institui a Região Metropolitana de Toledo. **Relator: Deputados José Maria Ferreira. Designado em 05.11.2003. Vistas ao Deputados Antonio Anibelli, em 24.11.2003.**

Projeto de Lei nº 317/2003. Autor: Deputados Barbosa Neto, que altera a Lei nº 13.463/2002, que estabelece restrição a comercialização de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis. **Relator: Deputados Marcos Isfer. Designado em 12.06.2003.**

Projeto de Lei nº 478/2003. Autor: Deputados Artagão Júnior, que estabelece prazo para cumprimento de pedidos efetuados junto ao IAP. **Relator: Deputados Doutor Luciano. Designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 549/2003. Autor: Deputados Fernando Ribas Carli, que concede passe livre no sistema de transporte coletivo intermunicipal aos policiais militares em serviço. **Relator: Deputados Tadeu Veneri. Designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 594/2003. Autor: Deputados Ângelo Vanhoni, que institui o Programa Estadual de Fomento ao Teatro para o Estado do Paraná. **Relator: Deputados Durval Amaral. Designado em 08.03.2004.**

Projeto de Lei nº 600/2003. Autora: deputada Cida Borghetti, que institui o Selo Empresa Incentivadora do Primeiro Emprego no Estado. **Relator: Deputados Elton Carlos Welter. Designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 662/2003. Autor: Deputados Jocelito Canto, que institui a Região Metropolitana de Ponta Grossa. **Relator: Deputados José Maria Ferreira. Designado em 20.11.2003. Vistas ao Deputados Durval Amaral, em 24.11.2003.**

Projeto de Lei nº 680/2003. Autor: Deputados Jocelito Canto, que altera o artigo 1º da Lei nº 11.722/97 - Isenção da taxa de luz e água para hospitais públicos. **Relator: Deputados José Maria Ferreira. Designado em 03.12.2003. Vistas ao Deputados Delegado Bradock, em 09.12.2003.**

Projeto de Lei nº 688/2003. Autora: deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre o funcionamento das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná. **Relator: Deputados José Maria Ferreira. Designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 689/2003. Autor: Deputados Waldir Leite, que dispõe sobre a troca da água de lastro dos navios que operam nos portos marítimos do Paraná. **Relator: Deputados José Maria Ferreira. Designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 691/2003. Autor: Deputados Ratinho Júnior, que dispõe sobre prestação de serviços dos estudantes universitários do Paraná. **Relator: Deputados Delegado Bradock. Designado em 09.03.2004. Vistas**

**aos Deputados Tadeu Veneri e José Maria Ferreira, em 16.03.2004.**

Projeto de Lei nº 692/2003. Autor: Deputados Ratinho Júnior, que dispõe sobre os exames no âmbito do Detran-PR (taxa da carteira de habilitação). **Relator: Deputados José Maria Ferreira. Designado em 08.03.2004.**

Projeto de Lei nº 693/2003. Autores: Deputados Waldir Leite e Ratinho Júnior, que dispõe sobre a Universidade para o Desenvolvimento do Litoral do Paraná. **Relator: Deputados José Maria Ferreira. Designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 695/2003. Autor: Deputados Reni Pereira, que renumera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 14.087/2003 - institui o Programa Luz Fraterna. **Relator: Deputados Marcos Isfer. Designado em 09.03.2004. Vistas ao Deputados Elton Carlos Welter, em 16.03.2004.**

Projeto de Lei nº 701/2003. Autor: Deputados Ratinho Júnior, que dispõe sobre a proibição da realização da cirurgia de cordotomia em animais. **Relator: Deputados Elton Carlos Welter. Designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 703/2003. Autor: Deputados Artagão Júnior, que transfere do Município de Guarapuava o trecho da PRT-466, que liga a sede do Distrito de Palmeirinha até a sede do Município de Campina do Simão. **Relator: Deputados Tadeu Veneri. Designado em 08.03.2004. Vistas ao Deputados José Maria Ferreira, em 16.03.2004.**

Projeto de Lei nº 704/2003. Autor: Deputados Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a doar imóveis ao Município de Agudos do Sul. **Relator: Deputados Elton Carlos Welter. Designado em 08.03.2004. Vistas ao Deputados Delegado Bradock, em 16.03.2004.**

Projeto de Lei nº 706/2003. Autor: Deputados Padre Paulo Campos, que institui a política estadual de apoio às comunidades indígenas. **Relator: Deputados Marcos Isfer. Designado em 09.03.2004. Vistas aos Deputados Pastor Edson Praczyk e José Maria Ferreira, em 16.03.2004.**

Projeto de Lei nº 714/2003. Autor: Deputados Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo efetuar a doação de lotes para o Município de Nova Aurora. **Relator: Deputados Elton Carlos Welter. Designado em 08.03.2004. Vistas ao Deputados Delegado Bradock, em 16.03.2004.**

Projeto de Lei nº 723/2003. Autor: Deputados Francisco Bühner, que dispõe sobre a proibição da interrupção no fornecimento de energia elétrica aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná e normatiza a suspensão. **Relator: Deputados Durval Amaral. Designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 724/2003. Autor: Deputados Francisco Bühner, que dispõe sobre a normatização da interrupção no fornecimento de água aos consumidores residenciais em inadimplência no Estado do Paraná. **Relator: Deputados Durval Amaral. Designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 726/2003. Autor: Deputados Plauto Miró Guimarães, que prevê tarifa diferenciada para demanda noturna de energia elétrica por estabelecimentos consumidores industriais, comerciais ou prestadores de serviços, urbanos ou rurais, no desenvolvimento ou ampliação de sua atividade produtiva. **Relator: Deputados José Maria Ferreira. Designado em 09.03.2004.**

Projeto de Lei nº 729/2003. Autor: Deputados Doutor Luciano, que define direitos dos agentes comunitários de saúde do Paraná. **Relator: Deputados José Maria Ferreira. Designado em 08.03.2004.**

Projeto de Lei nº 736/2003. Autor: Deputados Padre Paulo Campos, que cria o Serviço de Assistência Religiosa da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná. **Relator: Deputados Durval Amaral. Designado em 08.03.2004.**

Projeto de Lei nº 738/2003. Autor: Deputados Ademir Bier, dispõe sobre a inclusão no roteiro turístico da Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Paraná, o Arrançamento de Tratores no Município de Maripá. **Relator: Deputados Nelson Justus Designado em 09.03.2004. Vistas à deputada Elza Correia, em 16.03.2004.**

Projeto de Lei nº 002/2004. Autor: Poder Executivo, que objetiva excluir dos incisos II, IV e V, do 12 da Lei nº 14.275/2003, as expressões por projetos/atividades. **Relator: Deputados Marcos Isfer. Designado em 08.03.2004. Vistas ao Deputados Barbosa Neto, em 16.03.2004.**

Projeto de Lei nº 007/2004. Autor: Deputados Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Alto Paraná. **Relator: Deputados Elton Carlos Welter. Designado em 08.03.2004. Vistas ao Deputados Delegado Bradock, em 16.03.2004.**

Projeto de Lei nº 009/2004. Autor: Deputados Jocelito Canto, que institui o Fundo de Preservação do Parque Estadual Vila Velha. **Relator: Deputados José Maria Ferreira. Designado em 08.03.2004.**

Projeto de Lei nº 012/2004. Autor: Deputados Reni Pereira, que concede atualização monetária aos créditos do ICMS. **Relator: Deputados José Maria Ferreira. Designado em 08.03.2004.**

Projeto de Lei nº 017/2004. Autor: Deputados Marcos Isfer, que dispõe sobre a estadualização da estrada municipal que liga Coronel Domingos Soares e Palmas. **Relator: Deputados Tadeu Veneri. Designado em 08.03.2004. Vistas ao Deputados José Maria Ferreira, em 16.03.2004.**

Projeto de Lei nº 022/2004. Autor: Deputados Jocelito Canto, que dispõe sobre a redução da alíquota do ICMS nas operações internas com brinquedos educativos. **Relator: Deputados José Maria Ferreira. Designado em 08.03.2004.**

#### 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 246/2003. Autor: Deputados Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 7257/79, alterada pelas Leis nºs 7812/83 e 9174/89 (Taxa de Segurança). **Emenda de Plenário. Relator: Deputados José Maria Ferreira. Designado em 17.03.2004.**

Projeto de Lei nº 725/2003. Autor: Deputados Hermas Brandão, que altera o artigo 7º da Lei nº 11.054/2003 - Lei Florestal. **Relator: Deputados Antonio Anibelli. Designado em 19.03.2004.**

Projeto de Lei nº 036/2004. Autor: Deputados Alexandre Curi, que denomina de Governador Antonio Anibelli a ponte de concreto sobre o Rio Ivaí, na PR-576, ligando Santa Mônica com o Município de Tapira. **Relator: Deputados Hermes Fonseca. Designado em 24.03.2004.**

Projeto de Lei nº 041/2004. Autor: Poder Executivo, que define limites remuneratórios e forma cálculo para contribuições previdenciárias dos servidores ativos, inativos e pensionistas, inclusive militares, magistrados, membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado. **Relator: Deputados Antonio Anibelli. Designado em 19.03.2004.**

#### 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA



Projeto de Lei nº 728/2003. Autor: Deputados Her-  
mas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Asso-  
ciação Pró-Caxias, com sede no Município de Bela Vista  
da Aparecida e foro no município de Capitão Leônidas  
Marques. **Relator: Deputados Jocelito Canto. Desig-  
nado em 17.03.2004.**

Projeto de Lei nº 045/2004. Autor: Deputados  
Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Asso-  
ciação de Professores e Alunos do Centro de Artes Guido  
Viaro, com sede e foro no Município de Curitiba. **Rela-  
tor: Deputado Jocelito Canto. Designado em  
17.03.2004.**